UAlg
UNIVERSIDADE DO ALGARVE

www.ualg.pt

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO 2018

Aprovado em reunião do Conselho de Gestão de 24 de Junho de 2019

[Assinatura Qualificada] Paulo Manuel Roque Águas
Assinado de forma digital por [Assinatura Qualificada] Paulo Manuel Roque Águas
Dados: 2019.06.25 17:35:41 +01'00'

[Assinatura Qualificada] Ana Maria de Melo Sampaio de Freitas
Assinado de forma digital por [Assinatura Qualificada] Ana Maria de Melo Sampaio de Freitas
Dados: 2019.06.25 17:46:23 +01'00'

[Assinatura Qualificada] António Joaquim Godinho Cabecinha
Assinado de forma digital por [Assinatura Qualificada] António Joaquim Godinho Cabecinha
Dados: 2019.06.25 19:08:54 +01'00'

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Carlos Filipe Martins do Nascimento
Assinado de forma digital por Carlos Filipe Martins do Nascimento
DN: c=PT, st=Portugal, l=Campus da Penha,, o=Universidade do Algarve, ou=Direcção de Serviços Financeiros e Patrimoniais, cn=Carlos Filipe Martins do Nascimento, email=cfnascimento@ualg.pt
Dados: 2019.06.25 19:19:17 +01'00'

Índice

1. Introdução 5

2. História 6

3. Execução Orçamental 7

4. Demonstrações Financeiras Consolidadas 10

5. Análise Financeira 15

6. Anexo ao Balanço Consolidado e Demonstração de Resultados Consolidado 24

Anexo I - Elementos informativos das entidades consolidadas 54

Anexo II - Reclassificação das Contas do SNC para o POC Educação 56

Índice de Quadros

Quadro 1 – Receitas arrecadadas em 2018 7
Quadro 2 – Saldo da Gerência Anterior 7
Quadro 3 – Saldos para a Gerência Seguinte 8
Quadro 4 – Estrutura de Proveitos 17
Quadro 5 – Comparação das Vendas em 2017 e 2018 18
Quadro 6 – Comparação da Prestação de Serviços em 2017 e 2018 19
Quadro 7– Estrutura de Custos 19
Quadro 8- Comparação dos Fornecimentos e Serviços Externos em 2017 e 2018 20
Quadro 9 – Comparação de Outros Fornecimentos e Serviços em 2017 e 2018 22
Quadro 10 – Comparação dos Custos com o Pessoal em 2017 e 2018 22
Quadro 11 – Distribuição de Efetivos por Corpo 28
Quadro 12 – Distribuição de Efetivos por Unidade 29
Quadro 13 – Efetivos distribuídos por relação jurídica de emprego e unidade orgânica 30
Quadro 14 – Taxas de Amortização 33
Quadro 15 – Classificação CIBE 33
Quadro 16 – Acréscimos de Proveitos e Custos Diferidos 35
Quadro 17 – Acréscimos de Custos e Proveitos Diferidos 36
Quadro 18 – Ativo Bruto 37
Quadro 19 – Amortizações do Ativo Imobilizado 38
Quadro 21 – Vendas e Prestações de Serviços 40
Quadro 22 – Remuneração dos Membros do Conselho de Gestão 41
Quadro 23 – Demonstração dos Resultados Financeiros 41
Quadro 24 – Demonstração dos Resultados Extraordinários 42
Quadro 25 – Provisões 42
Quadro 26 – Depósitos à Ordem e Caixa 43
Quadro 27 – Estado e Outros Entes Públicos 43
Quadro 28 – Fundos Próprios 44
Quadro 29 – Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas 46
Quadro 30 – Impostos e Taxas 47

Quadro 31 – Dívidas de Propinas 48

Quadro 32 – Proveitos Suplementares 48

Quadro 33 – Transferências e Subsídios Correntes Obtidos 49

Quadro 34 – Fornecimentos e Serviços Externos 50

Quadro 35 – Outros Custos e Perdas Operacionais 51

Quadro 36 – Custos com o Pessoal 52

Quadro 37 – Elementos Financeiros da Universidade do Algarve 54

Quadro 38 – Elementos Financeiros dos Serviços de Ação Social 54

Quadro 39 – Elementos Financeiros da Associação Rádio Universitária do Algarve (RUA) 55

Quadro 40 – Elementos Financeiros da Associação Algarve STP 55

Quadro 41 – Elementos Financeiros do CINTAL 55

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Total de Receitas – 2018 8

Gráfico 2– Estrutura de Proveitos – 2018 17

Gráfico 3 – Estrutura de Custos – 2018 20

Gráfico 4 – Fornecimentos e Serviços Externos – 2018 21

1. Introdução

Com este relatório pretende-se facultar uma perspetiva geral das atividades desenvolvidas pelo grupo Universidade do Algarve durante o ano de 2018, assim como proporcionar uma análise especifica da sua situação financeira.

O ano de 2018 ficou marcado pelo impacto financeiro de alterações legislativas, nomeadamente o descongelamento das progressões, a alteração da remuneração mínima obrigatória, o regime transitório do estatuto da carreira do pessoal docente do ensino superior politécnico, entre outros, as quais implicaram aumento da despesa, sem tradução na dotação inicial do Orçamento do Estado. A incerteza quanto ao momento e ao valor dos correspondentes reforços financeiros dificultou sobremaneira a gestão de instituição.

Após uma breve nota sobre o desenvolvimento do enquadramento institucional e os fins definidos nos Estatutos (capítulo 2), segue-se a apresentação da execução orçamental, circunscrita à Universidade do Algarve e aos Serviços de Ação Social (capítulo 3).

O capítulo 4 é constituído exclusivamente pelas demonstrações financeiras consolidadas: Balanço e Demonstração dos Resultados por natureza. A análise financeira (capítulo 5) começa por ser realizada em termos gerais, seguindo-se por proveitos e por custos.

No último capítulo (6) é apresentado o Anexo ao Balanço Consolidado e Demonstração de Resultados Consolidado.

Integram ainda o Relatório de Gestão Consolidado os elementos informativos das entidades consolidadas (Anexo I) e a reclassificação das contas do SNC para o POC Educação.

2. História

A Universidade do Algarve, tal como existe neste momento, resultou da união de duas instituições: a Universidade do Algarve, criada pela Lei n.º 11/79, de 28 de Março, e o Instituto Politécnico de Faro, criado pelo decreto-lei n.º 513-T/79, de 26 de Dezembro.

Em 1988, através do decreto-lei n.º 373/88, de 17 de Outubro, e considerando que a Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada pela Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, abria perspetivas à possibilidade de melhorar as condições de articulação do subsistema de Ensino Superior Universitário com o subsistema do Ensino Superior Politécnico na região, o Governo decretou a articulação, para efeitos de gestão comum, das duas instituições.

Na sequência da aprovação da Lei de Autonomia das Universidades (Lei n.º 108/88, de 24 de Setembro) e perante a necessidade de existência no Algarve de uma instituição de ensino superior com a dimensão crítica necessária para enfrentar os problemas do desenvolvimento do País e em particular da região algarvia, foram elaborados os Estatutos da Universidade do Algarve.

Em 1991, reuniu uma Assembleia com a participação de representantes dos docentes, dos discentes e dos funcionários de todas as Unidades Orgânicas do Instituto Politécnico de Faro e da Universidade do Algarve e também dos representantes dos Serviços Centrais comuns às duas instituições, tendo sido aprovados os Estatutos vigentes até 2008 (Despacho Normativo n.º 198/91, de 27 de Agosto).

Perante a aprovação dos Estatutos da Universidade do Algarve, entendeu o Governo que era necessário criar um enquadramento legal adequado à nova realidade, não só em termos de património como de meios humanos e, através do decreto-lei n.º 241/92, de 29 de Outubro, decretou a extinção do Instituto Politécnico de Faro.

A Universidade do Algarve é, assim, uma instituição singular, não pela presença dos dois subsistemas de ensino superior, Universitário e Politécnico, mas pelo facto de ter na sua génese duas instituições.

Definida como pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia estatutária, científica, pedagógica, cultural, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar, a Universidade do Algarve tem por fins fundamentais, de acordo com os seus Estatutos:

- A formação humanística, cultural, artística, científica, técnica e profissional;
- A realização de investigação científica de alto nível e o desenvolvimento experimental, promovendo a difusão dos seus resultados e a valorização social e económica do conhecimento e da inovação organizacional;
- A colaboração com entidades públicas e privadas;
- A promoção da internacionalização das suas atividades;
- A criação de instrumentos de promoção, sustentabilidade e avaliação, interna e externa da qualidade e de prestação de contas, baseados em padrões reconhecidos e comparáveis no plano internacional.

3. Execução Orçamental

Neste ponto pretende-se realçar o tema da execução orçamental da Universidade do Algarve (UALG), fazendo uma análise ao orçamento da instituição, que se cingirá apenas aos valores da Universidade e dos Serviços de Acão Social (SAS), uma vez que as outras entidades consolidadas não possuem um orçamento com os moldes daquele que é aprovado, gerido e executado pela UALG e pelos SAS.

A Universidade do Algarve, em conjunto com os Serviços de Ação Social, contou, durante o ano de 2018, com um total de recebimentos no valor de 58.827.614,36€, sendo 1.016.152,44€ de saldo da gerência anterior e 57.811.461,92€ de receitas arrecadadas durante o ano.

Comparando com as receitas arrecadadas em 2017, verifica se um aumento na ordem dos 11,59% (51.809.050,54€ em 2017 contra 57.811.461,92€ em 2018), explicável em grande medida pelo acréscimo de cobranças provenientes de projetos de investigação, verificando-se variações positivas, quer em projetos com financiamento comunitário (+79,95%), quer em projetos financiados pelo Orçamento de Estado (+91,77%). Quando comparadas com 2017, estas fontes de financiamento registam, respetivamente, crescimentos em valor de 3.120.331,12€ e de 1.409.856,67€.

Os recebimentos com proveniência em receitas próprias também registam um crescimento percentual (+13,53%) superior ao da totalidade da receita cobrada (+11,59%), traduzindo-se num aumento em valor de 1.584.447,70€.

Por último, a receita proveniente do Orçamento de Estado é a componente que regista o crescimento percentual mais modesto, de apenas 1,53% (35.441.136,00€ em 2017, face a 35.982.550,00€ em 2018).

As receitas distribuíram-se de acordo com o exposto no Quadro 1

Quadro 1 – Receitas arrecadadas em 2018

Receitas – 2018	Valor	Peso
OE	35.982.550,00	62,24%
OE – Outros	2.946.233,05	5,10%
Fundos comunitários	5.587.024,13	9,66%
Receitas próprias	13.295.654,74	23,00%
Total	**57.811.461,92**	**100,00%**

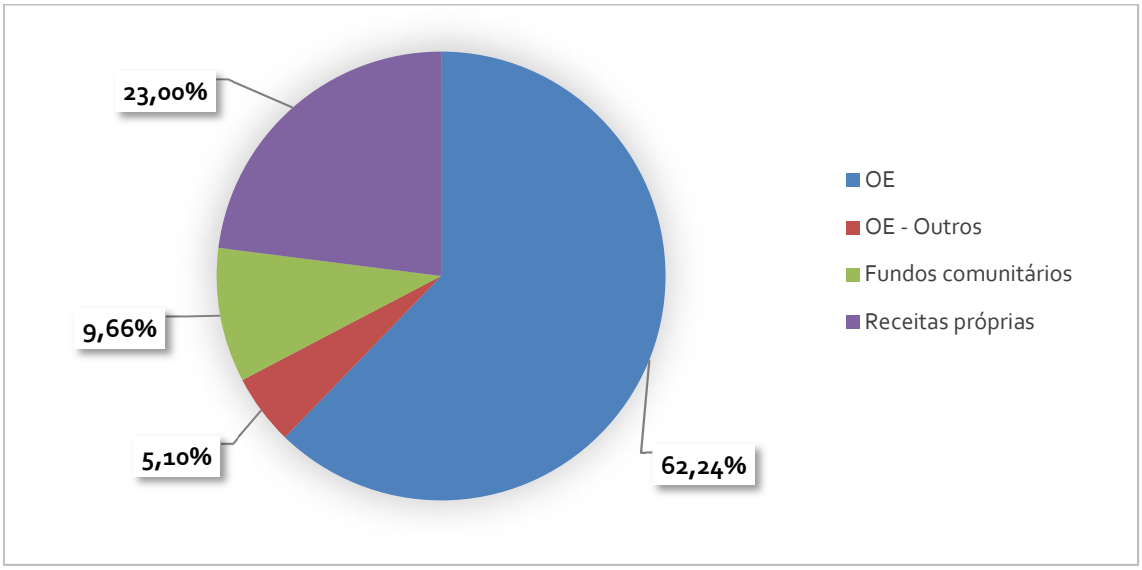
Relativamente ao saldo que transitou da gerência anterior, este distribuiu-se da seguinte forma:

Quadro 2 – Saldo da Gerência Anterior

Saldo Gerência Anterior	Valor	Peso
OE	341,40	0,03%
OE - Outros	2.955,13	0,29%
Fundos comunitários	64.226,39	6,32%
Receitas próprias	948.629,52	93,36%
Total	**1.016.152,44**	**100,00%**

Fazendo uma análise ao peso das receitas arrecadadas durante o ano económico de 2018, verificamos, observando o Gráfico 1, que as transferências do Estado (OE) representam 62,24% do total de receitas, sendo que as receitas próprias representam 23,00%. As receitas provenientes de fundos comunitários representam 9,66% e as verbas de OE – Outros 5,10%.

Gráfico 1 – Total de Receitas – 2018



O saldo que transitou para a gerência seguinte, relativamente à Universidade do Algarve e aos Serviços de Acão Social, totalizou 737.818,57€, conforme se pode verificar no Quadro 3, onde o mesmo se distribui pelas várias fontes de financiamento.

Quadro 3 – Saldos para a Gerência Seguinte

Saldos para a Gerência Seguinte	Valor	Peso
OE	37,39	0,01%
OE - Outros	4.847,79	0,66%
Fundos comunitários	2.327,73	0,32%
Receitas próprias	730.605,66	99,02%
Total	**737.818,57**	**100,00%**

Relativamente ao saldo que transitou da gerência anterior (1.016.152,44€) verifica-se uma diminuição de 278.333,87€ no saldo a transitar para a gerência seguinte.

Em 11 de setembro de 2015, foi publicada a nova Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 151/2015). Esta Lei entrou em vigor no dia seguinte ao da sua publicação (art. 8.º).

No entanto, as matérias relativas ao art. 3.º e do 20.º ao 76.º produzem efeitos partir do dia 01 de abril de 2020.

Deste modo, o cumprimento da regra do equilíbrio orçamental deverá ser avaliado à luz da anterior Lei do Enquadramento Orçamental (Lei n.º 91/2001 de 20.08).

Neste sentido, embora se verifique uma diminuição de saldo da gerência anterior, não foi quebrada a regra do equilíbrio orçamental (Artigo 25º da Lei n.º. 48/2004, de 24 de Agosto, terceira alteração à Lei do Enquadramento Orçamental, Lei n.º. 91/2001, de 20 de Agosto), uma vez que o valor de 278.333,87€ é inferior ao pagamento que a Universidade do Algarve fez para a Caixa Geral de Aposentações (6.698.514,58€).

Segundo o n.º 4 do art. 6º-A do Estatuto da Aposentação, aprovado pelo DL n.º 498/72, de 09 de dezembro, é referido que "As instituições de ensino superior e restantes entidades com autonomia administrativa e financeira podem, para efeitos do presente artigo, utilizar os saldos de gerência de anos anteriores, ficando, para esse efeito, dispensados do cumprimento do artigo 25.º da Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, alterada pela Lei n.º 48/2004, de 24 de agosto."

A Universidade do Algarve cumpriu ainda o Regime de Unidade de Tesouraria, tendo observado o disposto no artigo 115º do RJIES – Lei nº 62/2007, de 10 de setembro.

4. Demonstrações Financeiras Consolidadas

Balanço Consolidado a 31.12.2018

(Valores expressos em euros)

Ativo	2018			2017
	Ativo Bruto	Amortizações e Provisões	Ativo Líquido	Ativo Líquido
Imobilizado				
Imobilizações Incorpóreas				
Despesas de Instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Investigação e Desenvolvimento	172.799,61	157.938,19	14.861,42	2.843,31
Propriedade Industrial e Outros Direitos	26.438,35	7.574,86	18.863,49	18.863,49
Programas de computador e sistemas de informação	162.608,57	59.114,40	103.494,17	0,00
Imobilizações incorpóreas em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
	361.846,53	224.627,45	137.219,08	21.706,80
Imobilizações Corpóreas:				
Terrenos e Recursos Naturais	815.137,77	0,00	815.137,77	815.137,77
Edifícios e Outras Construções	75.707.571,22	20.305.877,07	55.401.694,15	55.517.837,35
Equipamento e Material Básico	33.695.753,38	30.491.247,29	3.204.506,09	1.763.288,02
Equipamento de Transporte	733.838,46	698.772,22	35.066,24	42.125,83
Ferramentas e Utensílios	186.962,90	185.480,26	1.482,64	1.929,12
Equipamento Administrativo	12.384.452,58	12.114.836,42	269.616,16	296.979,17
Taras e Vasilhame	483,36	483,36	0,00	0,00
Obras de Arte	58.301,61	1.371,85	56.929,76	53.429,76
Outras Imobilizações Corpóreas	5.217.107,61	5.159.387,98	57.719,63	72.673,99
Imobilizações em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamento conta Imob. Corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamento conta Imob. Incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
	128.799.608,89	68.957.456,45	59.842.152,44	58.563.401,01
Investimentos Financeiros				
Partes de Capital	194.921,93	0,00	194.921,93	199.077,82
Outras aplicações financeiras	259,06	0,00	259,06	170,26
	195.180,99	0,00	195.180,99	199.248,08
Circulante				
Existências				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	22.417,48	0,00	22.417,48	20.377,28
Mercadorias	2.988,50	0,00	2.988,50	3.301,18
	25.405,98	0,00	25.405,98	23.678,46

Dívidas de Terceiros - Curto Prazo				
Clientes, c/c	514.158,85	0,00	514.158,85	771.776,27
Alunos, c/c	1.557.468,18	0,00	1.557.468,18	1.470.143,10
Utentes	30.909,03	0,00	30.909,03	130,00
Clientes de cobrança duvidosa	2.325.232,40	2.325.232,40	0,00	0,00
Devedores pela Execução do Orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores	6.599,69	0,00	6.599,69	9.588,43
Estado e Outros Entes Públicos	111.896,91	0,00	111.896,91	117.748,14
Outros Devedores	52.810,81	0,00	52.810,81	629.806,22
	4.599.075,87	2.325.232,40	2.273.843,47	2.999.192,16
Títulos Negociáveis				
Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos Bancários e Caixa				
Conta no Tesouro	16.649,80	0,00	16.649,80	61.949,46
Depósitos em Instituições Financeiras	1.120.134,50	0,00	1.120.134,50	1.599.586,81
Caixa	12.792,79	0,00	12.792,79	12.996,53
	1.149.577,09	0,00	1.149.577,09	1.674.532,80
Acréscimos e Diferimentos				
Acréscimos de Proveitos	26.901,96	0,00	26.901,96	108.469,14
Custos Diferidos	44.035,12	0,00	44.035,12	52.824,25
	70.937,08	0,00	70.937,08	161.293,39
Total de Amortizações		69.182.083,90		
Total de Provisões		2.325.232,40		
Total do Ativo	135.201.632,43	71.507.316,30	63.694.316,13	63.643.052,70

Balanço Consolidado a 31.12.2018

(Valores expressos em euros)

Fundos Próprios e Passivo	2018	2017
Fundos Próprios		
Património	3.091.452,50	3.091.452,50
Ajustamento de partes de capital em empresas ou entidades	225.478,25	206.610,82
Reservas de Reavaliação	0,00	0,00
Reservas:		
Subsídios	788.176,37	788.176,37
Doações	434.627,66	434.178,71
Resultados Transitados	-8.796.154,25	-7.226.289,80
Resultado Líquido do Exercício	1.148.275,96	-1.548.518,85
Total dos Fundos Próprios	-3.108.143,51	-4.254.390,25
Interesses Minoritários	121.989,58	126.536,20
Passivo		
Provisões para riscos e encargos:	12.153,61	149.999,00
	12.153,61	149.999,00
Dívidas a Terceiros		
Médio e Longo Prazo:		
Empréstimos por dívida não titulada	0,00	0,00
Fornecedores	1.862,91	0,00
	1.862,91	0,00
Curto Prazo:		
Adiantamentos por conta Vendas	0,00	0,00
Fornecedores c/c	952.681,84	1.307.359,58
Fornecedores - faturas em receção e conferência	11.959,53	14.787,71
Fornecedores de Imobilizado	247.988,72	172.261,42
Estado e Outros Entes Públicos	106.997,39	41.570,78
Credores pela Execução do Orçamento	0,00	0,00
Outros Credores	604.636,45	829.847,79
	1.924.263,93	2.365.827,28
Acréscimos e Diferimentos		
Acréscimos de Custos	6.304.826,08	6.069.931,36
Proveitos Diferidos	58.437.363,53	59.185.149,11
	64.742.189,61	65.255.080,47
Total do Passivo	66.680.470,06	67.770.906,75
Total dos Fundos Próprios e do Passivo	63.694.316,13	63.643.052,70

Demonstração dos Resultados Consolidados por natureza para o exercício findo a 31.12.2018

	2018		2017	
Custos e Perdas				
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				
Mercadorias	120.387,42		116.131,76	
Matérias	429.471,69		440.738,02	
Fornecimentos e Serviços Externos	6.602.313,36		5.770.305,85	
Custos com Pessoal				
Remunerações	35.634.448,10		34.984.301,00	
Encargos Sociais	8.174.824,19		8.052.566,75	
Transferências Correntes	2.396.841,27	53.358.286,03	2.356.594,73	51.720.638,11
Amortizações do Exercício	2.604.728,51		2.569.901,35	
Provisões do Exercício	448.341,64	3.053.070,15	525.980,14	3.095.881,49
Outros Custos e Perdas Operacionais	88.124,84	88.124,84	85.071,33	85.071,33
(A)		56.499.481,02		54.901.590,93
Custos e Perdas Financeiras	61.155,08	61.155,08	52.456,94	52.456,94
(C)		56.560.636,09		54.954.047,87
Custos e Perdas Extraordinárias	240.599,10	240.599,10	183.596,09	183.596,09
(E)		56.801.235,19		55.137.643,96
Imposto sobre o Rendimento do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00
(G)		56.801.235,19		55.137.643,96
Interesses minoritários	-4.546,61	-4.546,61	22.763,52	22.763,52
		56.796.688,58		55.160.407,48
Resultado Consolidado Liquido do Exercício		1.148.275,96		-1.548.518,85
		57.944.964,54		53.611.888,63
Proveitos e Ganhos				
Vendas e prestações de Serviços				
Vendas	915.648,90		942.073,59	
Prestações de Serviços	1.498.361,92	2.414.010,82	1.130.850,25	2.072.923,84
Impostos e Taxas	8.881.039,47		7.751.991,72	
Proveitos Suplementares	142.181,01		311.756,73	

Transferências e Subsídios Correntes				
Transferências - Adm. Central	38.797.154,19		36.397.064,15	
Outras	4.120.260,44		3.506.206,36	
Trabalhos para a Própria Entidade	0,00		0,00	
Outros Proveitos Operacionais	299,39	51.940.934,50	0,00	47.967.018,96
(B)		54.354.945,32		50.039.942,80
Proveitos e Ganhos Financeiros	139.639,69	139.639,69	133.554,08	133.554,08
(D)		54.494.585,01		50.173.496,88
Proveitos e Ganhos Extraordinários	3.450.379,53	3.450.379,53	3.438.391,75	3.438.391,75
(F)		57.944.964,54		53.611.888,63

Resumo:		
Resultados Operacionais:(B)-(A)=	(2.144.535,70)	(4.861.648,13)
Resultados Financeiros:(D-B)-(C-A)=	78.484,61	81.097,14
Resultados Correntes:(D)-(C)=	(2.066.051,08)	(4.780.550,99)
Resultado Consolidado Líquido Exercício:(F)-(E)=	1.148.275,96	(1.548.518,85)
Resultado Líquido Consolidado do Exercício com Interesses Minoritários:(F)-(E)=	1.143.729,35	(1.525.755,33)

5. Análise Financeira

a) Situação financeira geral

Pretende-se realizar uma análise sucinta à situação financeira do grupo público Universidade do Algarve, espelhada nas suas demonstrações financeiras consolidadas.

Os Serviços de Ação Social apresentam, em 2018, as primeiras demonstrações financeiras de acordo com as Normas de Contabilidade Pública expressas no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

A adoção deste novo referencial implicou um conjunto de ajustamentos ao último balanço preparado de acordo com o anterior normativo (POC-Educação).

Nas primeiras demonstrações financeiras preparadas de acordo com o SNC-AP a informação relativa ao ano anterior é apresentada através da conversão dos saldos para as contas e rubricas das demonstrações financeiras de acordo com o SNC-AP.

Assim, destacam-se os seguintes aspetos, a começar primeiro por uma avaliação do Balanço Consolidado:

O **Ativo Líquido** de 63.694.316,13 € registou um acréscimo de 0,08% relativamente ao ano anterior. Este acréscimo é essencialmente explicado pelo aumento das imobilizações.

De um modo geral, a componente de imobilizado, que integra o imobilizado incorpóreo, o imobilizado corpóreo e os investimentos financeiros, apresenta em 2018 um acréscimo expressivo de 1.390.196,63€ (58.784.355,89€ em 2017 contra 60.174.552,51€ em 2018), o que representa uma variação positiva de 2,36%.

Especificamente a componente de imobilizado incorpóreo regista um acréscimo de 532,15%, o que representa uma variação positiva de 115.512,28€.

As imobilizações corpóreas registam em 2018 um acréscimo de 1.278.751,43€, o que, face a 2017, revela uma variação positiva de 2,18%. Este aumento é essencialmente explicado pelo incremento das novas aquisições em Equipamento e Material Básico, que apresenta uma variação positiva de 1.441.218,07€ (+81,73%), destacando-se as aquisições relacionadas com o projeto de Reestruturação Tecnológica da Penha no valor de 1.189.253€.

É de referir, em 2018, a inexistência de imobilizações em curso.

As Dívidas de Terceiros de Curto Prazo apresentam uma diminuição de 725.348,69€, o que percentualmente corresponde a um decréscimo de 24,18%. Esta variação é essencialmente justificada pela redução da conta de outros devedores. Integram esta conta de outros devedores as faturas emitidas relativas a pedidos de pagamento de projetos de investigação e de investimento, pelo que esta redução respeita fundamentalmente à regularização de pedidos de pagamento entretanto cobrados.

A dívida de Clientes c/c, regista em 2018 um decréscimo de 257.617,42€, ou seja -33,38% do que em 2017.

Por outro lado, a dívida de Alunos c/c, apresenta em 2018 um aumento de 87.325,08€, o que percentualmente representa uma variação positiva de 5,94%.

Na conta de Disponibilidades, verifica-se uma diminuição de 524.955,71€, o que representa uma redução de 31,35%.

Os **Fundos Próprios** diminuíram o seu valor negativo para 3.108.143,51€ em 2018, tendo acontecido uma variação positiva de 26,94% comparativamente a 2017. Esta variação positiva é, essencialmente proveniente do Resultado Líquido do Exercício Consolidado, que passou de -1.548.518,85€ em 2017, para 1.148.275,96€ em 2018.

O **Passivo** no valor de 66.680.470,06€ diminuiu 1,61% em relação ao ano anterior. O fator que mais contribui para esta diminuição do passivo foram as Dívidas a Terceiros de Curto Prazo, que registam em 2018 um decréscimo de 441.563,35€, o que representa uma variação negativa de 18,66%, essencialmente explicada, pela redução das dívidas a fornecedores de conta corrente e a outros credores.

Passando à análise dos aspetos mais relevantes da **Demonstração de Resultados Consolidada**, verifica-se que o Resultado Consolidado Líquido do Exercício de 2018, com interesses minoritários, é 1.143.729,35€, tendo aumentado 2.669.484,68€ (174,96%), face a 2017, cujo valor foi de -1.525.755,33€.

O total dos proveitos regista em 2018 um acréscimo de 4.333.075,91€, o que em termos percentuais equivale a uma variação positiva de 8,08%. As contas que essencialmente concorrem para o apuramento desta variação, são as Transferências e Subsídios Correntes, que registam um aumento de 3.014.144,12€ (7,55%) e os Impostos e Taxas, com um aumento de 1.129.047,75€ (14,56%).

O total dos custos aumentou 3,02%, tendo passado de 55.137.643,96€ em 2017 para 56.801.235,19€ em 2018. As contas que concorrem, essencialmente, para esta variação são os custos com pessoal, que aumentaram 772.404,54€ (+1,79%), e os fornecimentos e serviços externos, que registam em 2018, um aumento de 832.007,51€ (+14,42%).

Passaremos, de seguida, a uma análise mais pormenorizada aos proveitos e aos custos consolidados, distribuindo essa análise pelas contas consideradas mais significativas e que possam proporcionar uma visão genérica da atividade desenvolvida pelo grupo público Universidade do Algarve em 2018.

b) Proveitos

Apresenta-se um quadro com a comparação entre as contas mais significativas dos proveitos dos anos 2018 e 2017.

Quadro 4 – Estrutura de Proveitos

Estrutura de Proveitos	2018	2017
Vendas e Prestações de Serviços	2.414.010,82	2.072.923,84
Impostos e Taxas	8.881.039,47	7.751.991,72
Proveitos suplementares	142.181,01	311.756,73
Transferências e subsídios correntes obtidos	42.917.414,63	39.903.270,51
Outros Proveitos Operacionais	299,39	0,00
Proveitos e ganhos financeiros	139.639,69	133.554,08
Proveitos e ganhos extraordinários	3.450.379,53	3.438.391,75
TOTAL	**57.944.964,54**	**53.611.888,63**

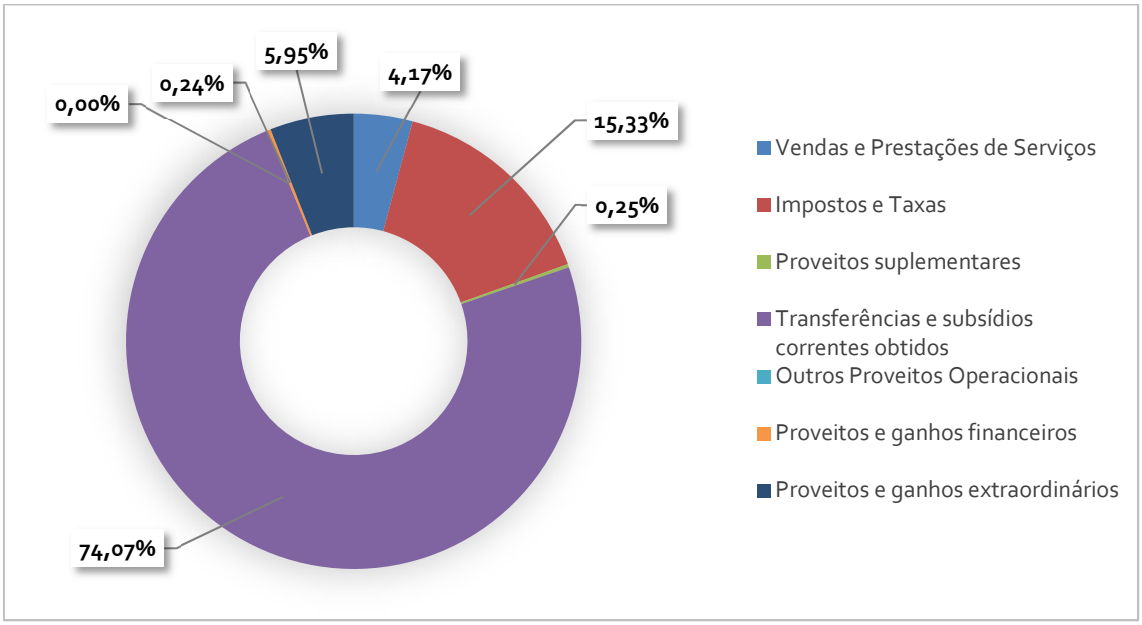
Comparativamente com 2017, assiste-se em 2018 a um aumento de 8,08% dos proveitos totais, no valor de 4.333.075,91€. Este aumento é essencialmente motivado pelo acréscimo dos proveitos com Transferências e Subsídios Correntes Obtidos, que registam um crescimento de 3.014.144,12€ (7,55%).

Os Impostos e Taxas registaram um aumento, passando de 7.751.991,72€ em 2017 para 8.881.039,47€ em 2018, o que se traduz numa variação de 1.129.047,75€ (14,56%). Também as Vendas e Prestações de Serviços registaram um aumento de 341.086,98€, o que em termos percentuais representa 16,45%.

Os Proveitos Suplementares registaram um decréscimo significativo, passando de 311.756,73€ em 2017, para 142.181,01€ em 2018, o que se traduz numa variação negativa de 169.575,72 (-54,39%).

No gráfico seguinte apresenta-se a estrutura de proveitos para o ano de 2018.

Gráfico 2– Estrutura de Proveitos – 2018



O valor mais significativo, com 74,07%, refere-se a transferências e subsídios correntes obtidos, onde se incluem as transferências provenientes do Orçamento do Estado e as transferências no âmbito da Investigação, tal como já foi anteriormente apontado. Segue-se, com 15,32%, a conta de Impostos e Taxas, onde se registam as receitas de propinas de formação inicial, de pós-graduações, de mestrados não integrados e de doutoramentos, taxas e emolumentos.

Os Proveitos e Ganhos Extraordinários representam 5,95% e as Vendas e Prestações de Serviços representam 4,17% da estrutura total de proveitos.

Passamos, de seguida, a uma análise mais detalhada das Vendas e Prestações de Serviços, em separado.

Pelo quadro abaixo, em que se apresentam as vendas consolidadas do grupo público Universidade do Algarve, verificamos que a maior fatia das vendas corresponde a refeições, com 53,07%, seguido de mercadorias confecionadas com 45,69%. As fotocópias, impressos e publicações representam apenas 1,02%.

Verifica-se que os proveitos provenientes da venda de outros bens, registam, em 2018, um acréscimo de 385,87%, ou seja, uma variação positiva de 1.003,56€.

Quadro 5 – Comparação das Vendas em 2017 e 2018

Vendas	**2018**	**2017**
Fotocópias, Impressos e Publicações	9.371,76	10.197,80
Livros e documentação técnica	786,68	8.361,60
Mercadorias confecionadas	418.318,04	399.724,00
Refeições	485.908,78	523.530,11
Outros Bens	1.263,64	260,08
Devoluções de vendas	0,00	0,00
TOTAL	**915.648,90**	**942.073,59**

Neste tipo de proveitos – Vendas – verifica-se, comparativamente a 2017, um decréscimo de 2,80%.

Relativamente à prestação de serviços temos os serviços de alojamento com 44,72% do total, seguido da realização de estudos representando 19,82%, inscrições em ações de formação com 9,79%, inscrições em seminários e congressos com 6,33%, serviços diversos com 5,42% e serviços de alimentação com 4,68%.

Destacam-se os aumentos dos proveitos com inscrições em ações de formação que registam um crescimento de 79.108,42€ (+116,99%). Também, os proveitos provenientes da realização de estudos apresentam um aumento de 123.772,76€ (+71,44%).

Quadro 6 – Comparação da Prestação de Serviços em 2017 e 2018

Prestações de Serviço	2018	2017
Serviços de alimentação	70.191,43	46.337,05
Serviço de alojamento	670.029,48	557.390,75
Realização de trabalhos gráficos	4.688,77	2.910,77
Realização de estudos	297.026,56	173.253,80
Assistência Técnica	6.377,50	18.168,05
Serviços de laboratório	57.755,87	72.036,70
Exames audiológicos e atos clínicos de avaliação	69.476,86	58.586,50
Inscrições em ações de formação	146.729,72	67.621,30
Inscrições em seminários e congressos	94.893,75	62.168,45
Serviços diversos	81.191,98	72.376,88
TOTAL	**1.498.361,92**	**1.130.850,25**

Em relação a 2017, estes proveitos – Prestação de Serviços – registaram um aumento de 32,50%.

c) Custos

Relativamente aos custos e analisando-os na sua totalidade, verifica-se um acréscimo de 3,02%, o que se traduz num aumento de 1.663.591,23€.

O aumento de maior expressão verificou-se nos fornecimentos e serviços externos, com um acréscimo de 832.007,51€, que em termos percentuais significa uma variação positiva de 14,42%.

Também os custos com o pessoal e as amortizações do exercício registam aumentos respetivos de 772.404,54€ e 34.827,16€.

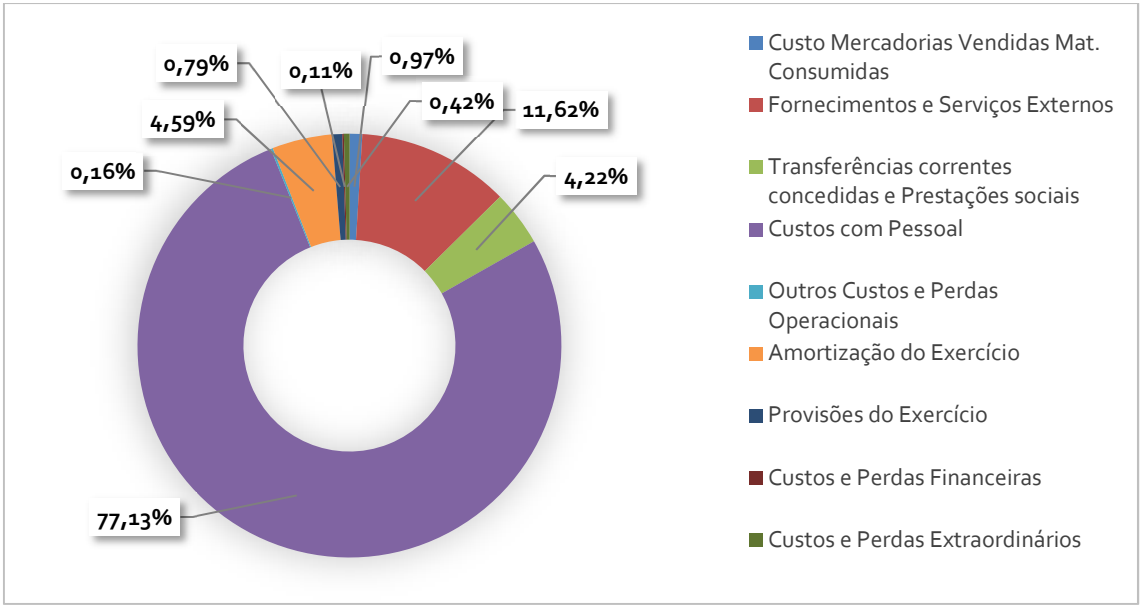
Quadro 7– Estrutura de Custos

Estrutura de Custos	2018	2017
Custo Mercadorias Vendidas Mat. Consumidas	549.859,11	556.869,78
Fornecimentos e Serviços Externos	6.602.313,36	5.770.305,85
Transferências correntes concedidas e Prestações sociais	2.396.841,27	2.356.594,73
Custos com Pessoal	43.809.272,29	43.036.867,75
Outros Custos e Perdas Operacionais	88.124,84	85.071,33
Amortização do Exercício	2.604.728,51	2.569.901,35
Provisões do Exercício	448.341,64	525.980,14
Custos e Perdas Financeiras	61.155,08	52.456,94
Custos e Perdas Extraordinários	240.599,10	183.596,09
TOTAL	**56.801.235,19**	**55.137.643,96**

Segundo o gráfico abaixo, pode-se observar que do total de custos destacam-se os custos com o pessoal, com uns significativos 77,13%, seguindo-se os fornecimentos e serviços externos, onde se incluem as aquisições de materiais necessários ao funcionamento corrente da Universidade, com 11,62%.

As amortizações do exercício representam 4,59% e as transferências correntes concedidas – onde se incluem as bolsas no âmbito de mobilidade de estudantes e investigação atribuídas – representam 4,22%.

Gráfico 3 – Estrutura de Custos – 2018



Numa análise particular aos fornecimentos e serviços externos destacam-se os designados encargos comuns da instituição, como sejam os custos com a eletricidade, água, combustíveis, comunicações, limpeza, vigilância das instalações, seguros e conservação e reparação.

Como se pode verificar no quadro seguinte, esta tipologia de custos regista em 2018 uma diminuição de 1,11% (-31.516,26€).

Quadro 8- Comparação dos Fornecimentos e Serviços Externos em 2017 e 2018

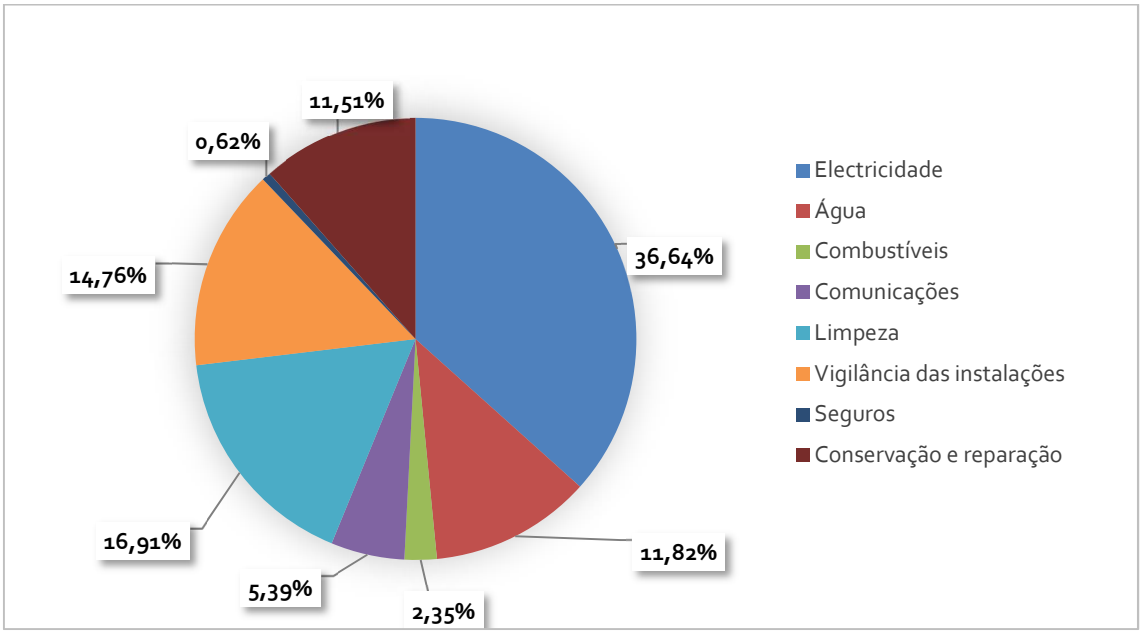
Fornecimentos e Serviços Externos	2018	2017
Eletricidade	1.026.013,78	1.085.636,29
Água	330.977,13	384.876,40
Combustíveis	65.708,51	59.875,04
Comunicações	151.015,59	132.449,16
Limpeza	473.359,93	469.190,63
Vigilância das instalações	413.259,65	404.367,42
Seguros	17.413,30	51.385,49
Conservação e reparação	322.312,83	243.796,55
TOTAL	**2.800.060,72**	**2.831.576,98**

As maiores diminuições verificam-se nos custos com eletricidade e água, em que, respetivamente apresentam as reduções de 59.622,51€ (-5,49%) e 53.899,27€ (-14,00%).

Destaca-se ainda a diminuição dos custos na componente de seguros, com um decréscimo de 66,11%, o que representa uma variação negativa de 33.972,19€.

Nesta tipologia de custos, verifica-se que a maior subida são os custos com conservação e reparação, com um acréscimo de 78.516,28€, o que se traduz numa variação positiva de 32,21%.

Gráfico 4 – Fornecimentos e Serviços Externos – 2018



O gráfico acima indica-nos a distribuição dos custos com fornecimentos e serviços externos, verificando-se que os de maior peso são a eletricidade com 36,64%, a limpeza com 16,91%, a vigilância das instalações com 14,76%, o consumo de água com 11,82%, a conservação e reparação com 11,51% e as comunicações com 5,39%. Os valores mais baixos respeitam aos combustíveis (2,35%) e aos seguros (0,62%).

Analisando outras contas significativas de fornecimentos e serviços externos, temos o quadro seguinte:

Quadro 9 – Comparação de Outros Fornecimentos e Serviços em 2017 e 2018

Outros Fornecimentos e Serviços	2018	2017
Honorários	246.730,17	191.751,17
Material de escritório	28.201,42	29.092,84
Despesas de representação	24.465,45	41.584,20
Deslocações e estadas	484.569,79	397.156,24
Publicidade	149.490,67	133.703,58
Trabalhos especializados	1.314.435,81	1.160.381,71
Produtos químicos (reagentes)	379.856,08	175.701,87
TOTAL	**2.627.749,39**	**2.129.371,61**

Estes outros fornecimentos e serviços externos, registam uma variação positiva de 498.377,78€, (+23,40%).

A componente que mais contribui para este aumento é a de produtos químicos (reagentes), que regista um acréscimo de 204.154,21€ (116,19%). Este aumento está diretamente associado à execução de projetos de investigação e desenvolvimento (I&D).

Fazendo uma análise detalhada aos Custos com o Pessoal temos a comparação entre os anos de 2017 e 2018 no quadro abaixo.

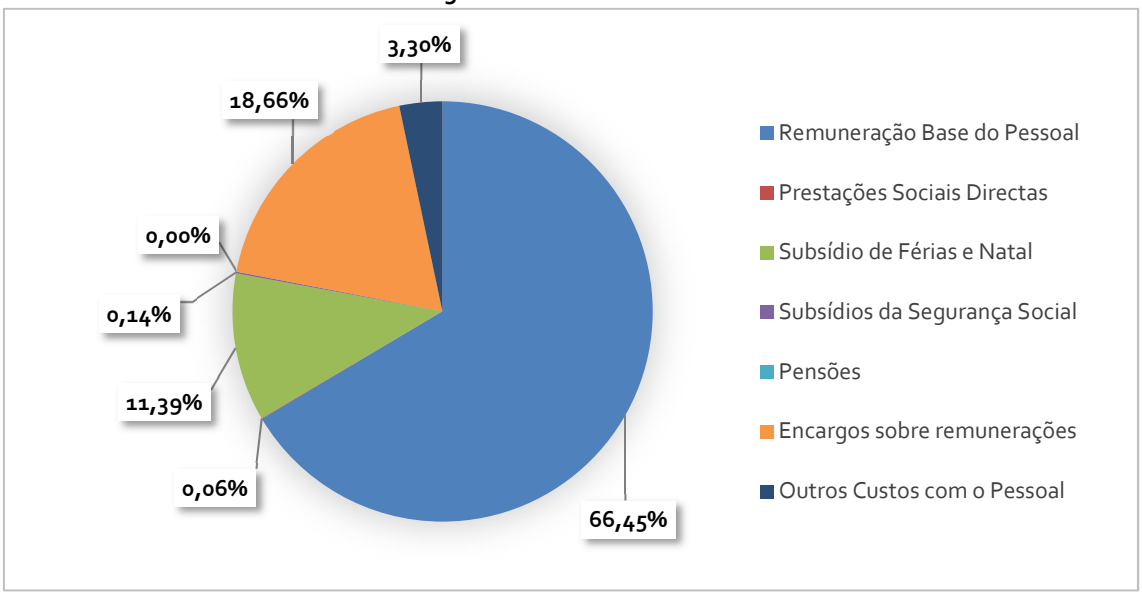
Quadro 10 – Comparação dos Custos com o Pessoal em 2017 e 2018

Custos com o Pessoal	2018	2017
Remuneração Base do Pessoal	29.113.236,25	28.691.309,25
Prestações Sociais Diretas	26.132,76	26.581,37
Subsídio de Férias e Natal	4.990.508,59	4.899.685,94
Subsídios da Segurança Social	59.679,25	40.986,50
Pensões	0,00	0,00
Encargos sobre remunerações	8.174.824,19	8.046.524,70
Outros Custos com o Pessoal	1.444.891,25	1.331.779,99
TOTAL	**43.809.272,29**	**43.036.867,75**

Quando comparados com o ano transato, em 2018 os custos com pessoal registam um aumento de 772.404,54€, que percentualmente representa 1,79%.

Observando o gráfico dos custos com o pessoal, a esmagadora maioria (66,45%), diz respeito a remunerações base do pessoal, seguidos dos encargos sobre as remunerações com 18,66% do total e os subsídios de férias e de Natal com 11,39%. Os outros custos com o pessoal representaram 3,30%.

Gráfico 5 – Custos com Pessoal – 2018



6. Anexo ao Balanço Consolidado e Demonstração de Resultados Consolidado

As notas que a seguir se apresentam visam facultar um melhor entendimento das demonstrações financeiras apresentadas com os documentos de prestações de contas exigidos na Instrução n.º 1/2004 — 2.ª Secção, publicadas no DR N.º 38, II Série, de 14 de fevereiro e de acordo com o POCE (Portaria 794/2000 de 20 de setembro). As notas não aplicáveis ou materialmente irrelevantes foram omissas. Os quadros solicitados, quando aplicáveis, encontram-se em anexo.

O grupo Universidade do Algarve é constituído pela Universidade do Algarve, Serviços de Acão Social da Universidade do Algarve, Algarve STP – Parque da Ciência e Tecnologia do Algarve, a Associação Rádio Universitária do Algarve (RUA) e o CINTAL – Centro de Investigação Tecnológico do Algarve, em cumprimento da alínea a) nº 4 do art.º 5 do POCE.

O método de consolidação utilizado para os Serviços de Ação Social da Universidade do Algarve foi o método de simples agregação, que consiste na soma linha por linha dos balanços e das demonstrações dos resultados das entidades pertencentes ao grupo público.

No caso da Associação Rádio Universitária do Algarve (RUA) e da Associação Algarve STP – Parque da Ciência e Tecnologia do Algarve foi utilizado o método da consolidação integral, que consiste na integração no balanço e na demonstração dos resultados da entidade consolidante, dos elementos respetivos dos balanços e das demonstrações dos resultados das entidades consolidadas, evidenciando os direitos de terceiros, designados para este efeito «interesses minoritários».

Para o CINTAL foi utilizado o método da equivalência patrimonial, que consiste na substituição no balanço da entidade consolidante do valor contabilístico das partes de capital por ela detidas pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participada.

De salientar que o método utilizado nos anos anteriores (até 2014) para a Associação Algarve STP – Parque da Ciência e Tecnologia do Algarve foi o método da equivalência patrimonial. No entanto, uma vez que a participação da UALG nesta associação é de 50%, procedeu-se à alteração do método, tendo sido aplicado o da consolidação integral. Por outro lado, com base nos estatutos da Algarve STP existem indicadores de poder de controlo pela UALG nesta associação que justificam a aplicação deste método, nomeadamente o direito de veto a certas deliberações.

Dada a dificuldade em converter as demostrações de fluxos de caixa produzidas de acordo com o SNC em demonstrações de fluxos de caixa conforme as normas do POCE, não foi elaborada a demonstração de fluxos de caixa consolidada.

As principais transações ocorridas entre as entidades foram eliminadas no processo de consolidação, nomeadamente:

- Os custos e perdas e os proveitos e ganhos relativos às operações efetuadas entre entidades incluídas na consolidação;
- As operações de transferências entre as entidades incluídas na consolidação;
- Os saldos em dívida das contas de clientes e fornecedores.

I – Informação relativa às entidades incluídas na consolidação:

1) Entidades incluídas na consolidação:

Pelo método da simples agregação:

A **Universidade do Algarve** (UALG) tem a sua sede na cidade de Faro e está sob a tutela do Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior, com a classificação orgânica 09.1.03.04.00 e o número de contribuinte 505 387 271.

A Universidade é uma pessoa coletiva de direito público dotada de autonomia estatutária, científica, pedagógica, cultural, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar. A Universidade pode realizar ações com outras entidades públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras e internacionais.

Os **Serviços de Ação Social da Universidade do Algarve** (SASUALG) são uma unidade orgânica da Universidade do Algarve (UALG) e gozam de personalidade jurídica e de autonomia administrativa e financeira de acordo com o Decreto-Lei nº129/93, de 22 de abril e pelo regulamento orgânico dos Serviços de Ação Social.

Pelo método da consolidação integral:

A **Associação Rádio Universitária do Algarve** (RUA), criada em 2003, é uma instituição sem fins lucrativos, que assenta em 3 pilares: *academia* – mostrar à comunidade o papel da Universidade na região; *cultura* – divulgação atempada dos eventos que acontecem no Algarve; e *música* – divulgação de bandas e artistas, que não têm a merecida divulgação noutros meios de comunicação.

A **Associação Privada sem Fins Lucrativos - Algarve STP – Parque de Ciência e Tecnologia do Algarve** dedica-se à gestão do Instituto das Novas Tecnologias. O Instituto de Novas Tecnologias inserido no projeto de criação do Pólo Tecnológico do Algarve, a instalar no Parque das Cidades constituirá um importante impulso para acentuar a transferência de tecnologia e de conhecimento produzidos nas instituições de ensino e investigação da região para o mercado, estimulando o aparecimento de novas empresas e de novos projetos de desenvolvimento tecnológico com produção efetiva de valor acrescentado para o Algarve. Desta associação fazem parte a Universidade do Algarve, a Associação Nacional de Jovens Empresários, o Município de Loulé e de Faro.

Pelo método da equivalência patrimonial:

O **Centro de Investigação Tecnológico do Algarve** designado por **CINTAL** foi constituído como associação privada sem fins lucrativos e rege-se pelos seus estatutos e disposições legais aplicáveis. Tem como principais objetivos:

- I&D nas áreas de Ciência e Tecnologia (C&T)
- Educação superior e formação.
- Prestação de serviços.

Foi criado com o objetivo de desenvolver a investigação e o desenvolvimento no domínio das ciências, tecnologias e educação. bem como a divulgação e a prestação de serviços.

Na sequência da entrada em vigor do Plano Oficial de Contabilidade Pública para o sector da Educação (POCE), aprovado pela Portaria n.º 794/2000 de 20 de setembro, são apresentadas as presentes contas consolidadas do período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2016 de acordo com o referido plano contabilístico.

2) Entidades excluídas na consolidação:

A Universidade do Algarve tem participações noutras entidades, mas as quais por serem materialmente irrelevantes para a imagem verdadeira e apropriada do grupo Universidade do Algarve não entram na consolidação de contas do grupo, ficando apenas uma nota das mesmas.

Participação em entidades societárias:

Globalgarve, Cooperação e Desenvolvimento S.A. sita na Praça José Afonso 23 r/c 8000-173 Faro e com o número de identificação fiscal 503714593, valor da participação 2.500 € num capital de 382.000 €. Encontra-se em processo de insolvência.

Participação em entidades não societárias:

Associação Portuguesa para Estudos e Saneamento Básico, sita na Av. do Brasil 101 1700 Lisboa e com o número de identificação fiscal 501062769, é uma associação científica e técnica sem fins lucrativos.

Centro de Ciência Viva do Algarve, sito na Rua Comandante Francisco Manuel, 8000 Faro, com o número de identificação fiscal número 504556487, é uma instituição financeira sem fins lucrativos.

Fundação das Universidades Portuguesas, sita na Rua Pinheiro Chagas n.º 27, 3000-333 Coimbra, com o número de identificação fiscal 503124869, é uma instituição de direito privada e de utilidade pública.

Centro Tecnológico de Citricultura, sito na Direção Regional de Agricultura do Algarve, com o número de identificação fiscal 504691678. Este centro encontra-se em fase de extinção.

Centro Operativo e Tecnológico Hortofrutícola Nacional, sito na Estrada de Leiria 2461-997 Alcobaça e com o número de identificação fiscal 505813238, é uma associação sem fins lucrativos.

Associação Centro de Incubação de Empresas de Base Tecnológica Vasco da Gama, sito no Largo do Poeta Bocage, 1, 7520-152 Sines e com o número de identificação fiscal 507930452, é uma associação privada sem fins lucrativos.

Centros de Investigação ligados ao grupo Universidade do Algarve:

CCMAR – Centro de Ciências do Mar do Algarve, é uma unidade de investigação situada na Universidade do Algarve que focaliza os seus estudos em vários aspetos da pesquisa marinha e com o número de identificação fiscal 506197760.

CIDER – Centro de Investigação de Desenvolvimento e Economia Regional, com o número de identificação fiscal 502880961, é uma unidade de investigação situada na Universidade do Algarve que focaliza os seus estudos na economia regional

3) Os efetivos na UALG e sua distribuição:

Em 31 de dezembro de 2018, a UALG e os Serviços de Ação Social contavam com um total de 1.309 trabalhadores[1].

Em termos globais a distribuição do número de efetivos pelos corpos existentes na Universidade do Algarve e Serviços de Ação Social é a indicada no Quadro 11.

Entende-se por corpo o conjunto das carreiras existentes tanto do pessoal docente, como não docente e ainda dos investigadores.

Assim, o corpo docente é constituído pelas carreiras dos dois subsistemas de ensino (universitário e politécnico), o corpo não docente por todas as carreiras deste pessoal[2] e o dos investigadores pelo pessoal da carreira de investigação.

De salientar que o Reitor e os Vice-Reitores estão considerados no corpo não docente na carreira dirigente.

No que concerne ao pessoal de investigação, a maioria dos investigadores está em funções na UAlg por via de Programas Financiados, nomeadamente do Programa Investigador FCT.

Quadro 11 – Distribuição de Efetivos por Corpo

Corpo	N.º efetivos	Distribuição
Docente	**800**	**61,12%**
Universitário	447	55,88%
Politécnico	353	44,13%
Não Docente *	**476**	**36,36%**
Investigação	**33**	**2,52%**
Total	**1.309**	**100,00%**

O peso do pessoal docente na Universidade do Algarve e nos Serviços de Ação Social é de 61,12%, sendo 55,88% do subsistema universitário e 44,13% do ensino politécnico. O pessoal não docente representa 36,36% do universo total.

A distribuição dos corpos por unidade orgânica é a seguinte:

[1] Para o Balanço Social não foram considerados os bolseiros, os avençados, nem as prestações de serviços, incluindo as de título gracioso para o pessoal docente.
[2] Técnico Superior, Assistente Técnico, Assistente Operacional, Informática e Dirigente.

Quadro 12 – Distribuição de Efetivos por Unidade

Unidade Orgânica	Docente	Não Docente	Investigação
Escola Superior de Educação e Comunicação (ESEC)	60	13	
Escola Superior de Gestão Hotelaria e Turismo (ESGHT)	101	21	
Escola Superior de Saúde (ESSUALG)	97	11	
Instituto Superior de Engenharia (ISE)	94	22	
Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT)	157	46	
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS)	79	14	
Faculdade de Economia (FE)	61	12	
Departamento de Ciências Biomédicas e Medicina (DCBM)	150	9	
Reitoria e Serviços [1]	1	172	3
Biblioteca		30	
Unidade de Apoio à Investigação Científica e Formação Pós-Graduada (UAIC)		15	
Centros I&D		3	30
Serviços de Ação Social		108	
Total	**800**	**476**	**33**

É de destacar que está afeto à Reitoria um docente que presta serviço aos estudantes na área desportiva (Serviços de Ação Social).

A Reitoria e Serviços concentram 36,13% do pessoal não docente (172 trabalhadores). Esta tendência tem-se verificado ao longo dos anos, quer pelo facto de se concentrarem nos Serviços muitas das funções essenciais ao funcionamento da Universidade, quer por efeito da reestruturação decorrente dos novos Estatutos. O Reitor e os Vices Reitores estão afetos à Reitoria em pessoal não docente.

Em 2018 as unidades orgânicas (Escolas e Faculdades) contribuem com 139 trabalhadores não docentes, o que corresponde percentualmente a 29,20% do universo não docente.

O pessoal não docente das unidades funcionais tem um peso de 9,45%, sendo que a UAIC representa 33,33% deste pessoal e a Biblioteca 66,67%.

Ao DCBM está afeta uma percentagem de 1,89% de pessoal não docente e os Centros de I&D detêm três trabalhadores, o que corresponde a 0,63%.

Os Serviços de Ação Social contribuem com 108 trabalhadores não docentes, o que corresponde a 22,69% do pessoal não docente.

Em relação à modalidade de relação jurídica de emprego público, como se pode constatar no Quadro 13, a maioria do pessoal detém um contrato por tempo indeterminado, a que corresponde a uma percentagem de 68,83% (ligeiramente inferior a 2017 que era de 70,13%).

Quadro 13 – Efetivos distribuídos por relação jurídica de emprego e unidade orgânica

U.Orgânicas	Corpos	Cargo Politico/Mandato	CTFP-TIndeterminado	CTFP-Termo Resolutivo Certo	CTFP-Termo Resolutivo Incerto	Comissão de Serviço	Total
ESEC	PD		35	25			**60**
	PND		13				**13**
ESGHT	PD		65	36			**101**
	PND		21				**21**
ESS	PD		29	68			**97**
	PND		11				**11**
ISE	PD		88	6			**94**
	PND		22				**22**
FCT	PD		147	10			**157**
	PND		44		1	1	**46**
FCHS	PD		56	23			**79**
	PND		14				**14**
FE	PD		35	26			**61**
	PND		12				**12**
DCBM	PD		14	136			**150**
	PND		7		2		**9**
Biblioteca	PD						**0**
	PND		29			1	**30**
UAIC	PD						**0**
	PND		7		5	3	**15**
Reitoria e Serviços	PD			1			**1**
	INV		1	2			**3**
	PND	4	146	1	5	16	**172**
Centros I&D	INV			30			**30**
	PND		1		2		**3**
SAS	PND		104			4	**108**
Total		**4**	**901**	**364**	**15**	**25**	**1309**

PD - Pessoal Docente; PND - Pessoal Não Docente; INV – Investigadores

II – Informação relativa à imagem verdadeira e apropriada:

4) As normas de consolidação são suficientes para que as demonstrações financeiras consolidadas deem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação.

III – Informações relativas aos procedimentos de consolidação:

5) Homogeneização da informação a consolidar

Das entidades que pertencem ao grupo *Universidade do Algarve*, apenas esta utiliza o POC-Educação. As demonstrações financeiras dos SASUALG foram pela primeira vez preparadas de harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro e de acordo com a Portaria n.º 218/2016 de 9 de agosto, que regulamenta o Regime Simplificado do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, uma vez que a entidade se enquadra nos limites definidos para as pequenas entidades no artigo 3.º na referida Portaria. As demonstrações financeiras da Associação Rádio Universitária do Algarve (RUA) foram preparadas de acordo com o Regime da Normalização Contabilística para as Microempresas (NCM) e as demonstrações financeiras da Associação Algarve STP – Parque da Ciência e Tecnologia do Algarve foram elaboradas de acordo com as regras do SNC (Sistema de Normalização Contabilística). Assim, de forma a ser possível o processo de consolidação da conta, foi necessário proceder à reclassificação de algumas contas do Sistema de Normalização Contabilística para o POC-Educação. Este processo de reclassificação encontra-se no anexo II.

Os valores registados nas contas "*Terrenos e Recursos Naturais*", "*Edifícios e Outras Construções*" e "*Obras em Curso*" do Balanço Consolidado do grupo *Universidade do Algarve* são ao custo de aquisição (Custo Histórico) incluindo também os custos incorridos com a fiscalização e com a elaboração dos projetos de arquitetura. No entanto, os valores registados no património dos Serviços de Ação Social da Universidade do Algarve nomeadamente na conta "Edifícios e Outras Construções", por impossibilidade de se apurar o custo histórico, foram registados pelo valor resultante da avaliação em 30 de junho de 2004, avaliação essa, feita por peritos independentes e qualificados para o efeito.

6) Descrição dos acontecimentos importantes relacionados com o património, a posição financeira e os resultados de uma entidade incluída na consolidação que tenham ocorrido entre a data do balanço dessa entidade e a data do balanço consolidado

Esta nota não é aplicável ao grupo Universidade do Algarve.

7) Informações que tornem comparáveis os sucessivos conjuntos de demonstrações financeiras no caso de se alterar significativamente, no decurso do exercício, a composição do conjunto das entidades incluídas na consolidação

O método utilizado nos anos anteriores (até 2014) para a Associação Algarve STP – Parque da Ciência e Tecnologia do Algarve foi o método da equivalência patrimonial. No entanto, uma vez que a participação da UALG nesta associação é de 50%, procedeu-se à alteração do método, tendo sido aplicado o da consolidação integral. Por outro lado, com base nos estatutos da Algarve STP existem indicadores de poder de controlo pela UALG nesta associação que justificam a aplicação deste método, nomeadamente o direito de veto a certas deliberações.

8) Montante global dos compromissos financeiros que não figurem no balanço consolidado, na medida em que a sua indicação seja útil para a apreciação da situação financeira do conjunto das entidades compreendidas na consolidação

Esta nota não é aplicável ao grupo Universidade do Algarve.

9) Descrição das responsabilidades das entidades incluídas na consolidação por garantias prestadas, desdobrando-as de acordo com a natureza destas e mencionando expressamente as garantias reais

Esta nota não é aplicável ao grupo Universidade do Algarve.

V – Informações relativas às políticas contabilísticas

10) Bases de apresentação, principais princípios contabilísticos e critérios de valorimetria

Imobilizações

Os valores registados nas contas de *Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas*, no Balanço da Universidade do Algarve, dos Serviços de Ação Social da Universidade do Algarve, da Algarve STP, da Associação da Rádio Universitária e do CINTAL estão ao custo histórico de aquisição com exceção do mencionado no ponto 5.

Existências

Os valores existentes na classe *Existências* do Balanço são da Universidade do Algarve e dos Serviços de Ação Social da Universidade do Algarve e dizem respeito fundamentalmente a géneros alimentares para preparação das refeições das cantinas, bares e restaurante. O método de custeio utilizado pelos Serviços de Ação Social é o custo médio ponderado e apurado pelo sistema de inventário permanente.

a) Amortizações

Os bens da Universidade do Algarve, dos Serviços de Ação Social da Universidade do Algarve, da Associação Rádio Universitária do Algarve e da Associação Algarve STP são amortizados segundo o método das quotas constantes e por duodécimos, exceto para os Edifícios e para os Veículos em que se utiliza o método das quotas anuais.

A Universidade do Algarve utiliza, para o efeito, as taxas máximas estabelecidas pela Portaria nº 378/94 de 16 de junho ou pela Portaria 671/2000 de 17 de abril, consoante os bens tenham sido adquiridos antes ou depois de 31 de dezembro de 1999. As taxas médias de amortização são as seguintes:

Quadro 14 – Taxas de Amortização

Edifícios e outras construções	1,25 %
Outras construções	5 %
Equipamento de transporte	12,5 %
Equipamento básico	20 %
Equipamento informático	25 %
Equipamento administrativo	12,5 %
Software informático	33,33%

Relativamente aos edifícios da UALG, os seguintes imóveis registados no património têm taxas de amortização distintas:

- Pré-fabricados (Pólo de Portimão) – taxa de amortização: 25%;
- Hangar pré-fabricado – taxa de amortização: 25%;
- Anfiteatro do Pólo de Portimão (obras de beneficiação) – taxa de amortização: 10%.

Estas taxas distintas foram calculadas com base na vida útil expectável dessas construções diversas, tendo sido apurada uma vida útil de quatro anos para os pré-fabricados e uma vida útil de dez anos para as obras de beneficiação no anfiteatro.

O Conselho Administrativo aprovou a 18 de janeiro de 2008, a seguinte tabela de amortizações, a partir da classificação CIBE, para as quais o CIBE não prevê qualquer taxa de amortização.

Quadro 15 – Classificação CIBE

Classificação CIBE	Designação	Taxa amortização (anual)
106 05 01	Cartas fotográficas	100%
106 05 02	Cartas topográficas	100%
106 05 03	Documentos com valor histórico	0%
106 05 04	Enciclopédias	50%
106 05 05	Gravuras	100%
106 05 06	Livros	25%
106 05 07	Mapas	100%
106 05 08	Revistas científicas e técnicas	100%
106 05 09	Roteiros	100%
106 05 99	Outras publicações e documentos	100%

b) Provisões para cobrança duvidosa

As provisões existentes no Balanço consolidado dizem respeito à Universidade do Algarve e aos Serviços de Ação Social. O valor diz respeito a créditos de cobrança duvidosa que foram calculados tendo por base os riscos de cobrança identificados no final do exercício. Para a criação das provisões foram considerados os clientes em mora há mais de 365 dias com exceção das Instituições Públicas (Estado em sentido lato), de acordo com o ponto 2.7.4 do POC-Educação.

As provisões para riscos e encargos são relativas a processos judiciais em curso e são calculadas tendo por base o risco expectável para o desfecho dos processos e a melhor estimativa disponível relativa ao risco expectável.

Em 2018, encontra-se constituída uma provisão para riscos e encargos no valor 12.153,61€, para cobertura de 6 processos em que é peticionado o montante correspondente às diferenças salariais decorrentes do reposicionamento remuneratório.

De salientar que existem outros processos interpostos por terceiros, no entanto foi entendimento da UAlg que os mesmos não irão resultar em qualquer encargo para a Universidade.

c) Especialização do exercício

Proveitos:

O reconhecimento dos proveitos ocorre no momento da emissão de uma fatura (nomeadamente a elaboração de estudos, aluguer de equipamentos e instalações, análises laboratoriais).

As transferências obtidas provenientes do Quadro Comunitário de Apoio, da União Europeia, da Fundação para a Ciência e Tecnologia e de outros organismos públicos e privados que se destinam a financiar despesas correntes são registados como proveito do exercício ("Subsídio à Exploração") na parte correspondente aos custos incorridos durante o exercício, independentemente do momento do recebimento dos mesmos.

As transferências recebidas para financiar despesas de capital são diferidas no balanço na rubrica de "Proveitos Diferidos", sendo transferidos para proveitos, através da rubrica de "Ganhos Extraordinários", em proporção idêntica aos encargos anuais com a depreciação dos bens subsidiados.

O plafond do Orçamento de Estado atribuído para despesas correntes é reconhecido como proveito do exercício (Subsídio à Exploração) no momento da sua atribuição, por débito de uma conta do ativo "Outros Devedores – Devedores por transferências", sendo esta conta creditada com os recebimentos das Solicitações de Transferências de Fundos (STF) efetuadas mensalmente.

A parcela do Orçamento de Estado destinada a despesas de capital é diferida no balanço na rubrica de "Proveitos Diferidos", sendo transferida para proveitos através da rubrica de "Ganhos Extraordinários", em proporção idêntica aos encargos anuais com a depreciação dos bens subsidiados.

As propinas de formação inicial e avançada são reconhecidas como proveito de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

Custos:

A Universidade do Algarve, os Serviços de Ação Social da Universidade do Algarve, a Associação Rádio Universitária do Algarve e a Associação Algarve STP registam os seus custos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, segundo o qual os custos são reconhecidos à medida que são incorridos, independentemente do momento em que são pagos.

Um dos exemplos, e bastante representativo em termos de montante, são os acréscimos de custos lançados na conta *273 – Acréscimos de custos* do valor das férias e respetivo subsídio de férias dos vencimentos do pessoal; outros acréscimos de custos também lançados por contrapartida desta conta são alguns fornecimentos e serviços, tais como consumos de água, eletricidade, gás, alojamento e bolsas.

Assim sendo, os valores apurados para o ano de 2018 são os seguintes:

Quadro 16 – Acréscimos de Proveitos e Custos Diferidos

	2018	2017
Acréscimos de proveitos		
o Prestações de Serviços	3.400,00	9.420,46
o Alojamento a receber	103,79	303,87
o Outros acréscimos de proveitos	23.398,17	98.744,81
	26.901,96	**108.469,14**
Custos diferidos		
o Seguros liquidados	8.801,66	2.614,79
o Bens consumíveis - Em stock	24.342,58	22.914,98
o Outros custos diferidos	10.890,88	27.294,48
	44.035,12	**52.824,25**

Nos acréscimos de proveitos estão considerados os proveitos provenientes de prestações de serviços, cujo proveito respeita ao ano de 2018. Regista também o alojamento relativo ao ano de 2018, cuja receita só será obtida no ano seguinte.

Em Outros acréscimos de proveitos, está considerada a faturação em 2019 da contribuição dos Gastos Gerais de 2018 ao centro de Investigação CCMAR – Centro de Ciências do Mar no valor de 18.572,27€.

Nos custos diferidos estão consideradas despesas ocorridas no exercício cujo consumo se verificará em exercícios posteriores, nomeadamente: licenças de *software*, contratos de assistência técnica, quotas, seguros, outros trabalhos especializados e outros serviços.

Estão também considerados o valor em *stock* de bens não consumidos por conta de fornecimentos externos, não relacionados com existências para venda. Assim, dada a existência de montantes significativos relacionados com bens de economato, limpeza e higiene, material de consumo clínico, material de consumo hoteleiro, vestuário e alguns combustíveis, foi decidido diferir o custo para que este seja refletido no momento do respetivo consumo. A valorização destes bens é efetuada por preço de custo médio, estando esta conta desagregada pela natureza do custo.

Quadro 17 – Acréscimos de Custos e Proveitos Diferidos

(em euros)

	2018	2017
Acréscimo de Custos		
o Seguros a liquidar	1.269,73	56,61
o Remunerações a liquidar	6.080.733,10	5.995.204,84
o Comunicações a liquidar	629,75	473,66
o Consumo de água, eletricidade, gás	15.024,53	18.935,56
o Outros acréscimos de custos	207.168,97	55.260,69
	6.304.826,08	**6.069.931,36**
Proveitos Diferidos		
o Projetos de investigação	116.304,18	2.250.402,43
o Contratos e protocolos	0,00	0,00
o Investigação - Adiantamentos	987.767,66	1.139.999,79
o Subsídios ao investimento	57.021.525,86	55.449.074,98
o Propinas de Licenciatura e Bacharelato	243.322,93	276.659,34
o Propinas de Formação Avançada	67.737,00	68.079,74
o Outros proveitos diferidos	705,90	932,83
	58.437.363,53	**59.185.149,11**

Nos acréscimos de custos consideram-se as despesas a incorrer em exercícios seguintes, mas que o consumo seja no próprio exercício, como seja o consumo da água, energia, comunicações, assistência técnica e a estimativa para as remunerações com férias e subsídio de férias e respetivos encargos sociais, cujo processamento terá lugar no exercício seguinte.

Nos proveitos diferidos registam-se as verbas relativas:

- aos contratos plurianuais dos projetos de investigação e do financiamento do Curso de Medicina, cujo diferimento se justifica por suportarem despesas em anos futuros, assim como os subsídios ao investimento de bens ainda não totalmente amortizados;
- aos lançamentos de valores a diferir por conta de propinas de formação inicial e avançada, cujo proveito vai se reconhecido no ano seguinte;

e) Enquadramento fiscal

A Universidade é uma entidade que goza de isenção parcial do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas IRC, uma vez que se encontra sujeita a este imposto apenas por via da retenção na fonte relativamente aos seus rendimentos de aplicação de capitais e não está obrigada a entregar a declaração anual de rendimentos.

Relativamente à situação fiscal para efeitos do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), a partir de 01/01/2008, a Universidade do Algarve utilizou o regime do IVA pró-rata, exceto no que concerne às

aquisições de bens e serviços para a Investigação não comercial (investigação pura). De referir que, até ao ano de 2008, a Universidade do Algarve somente liquidava o IVA.

Quanto aos Serviços de Ação Social, o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) é suportado nas suas aquisições, sendo o mesmo considerado como custo, e a receita realizada encontra-se abrangida pela isenção prevista no código do IVA.

A Associação RUA encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) às taxas legais em vigor, em parte no que diz respeito à sua atividade de Rádio, estando isento de IRC na atividade de Associação propriamente dita. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, incidente o lucro tributável registado às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente.

VI – Informações relativas a determinadas rubricas

11) Movimentos ocorridos nas contas do ativo imobilizado

Quadro 18 – Ativo Bruto

(em euros)

	Saldo Inicial	Reforços	Alienações, Abates e regularizações	Transferências	Saldo Final
Imobilizações Incorpóreas:					
· Despesas de instalação	**0,00**	0,00	0,00	0,00	**0,00**
· Despesas de inv. e desenvolvimento	**158.011,94**	14.787,67	0,00	0,00	**172.799,61**
· Propriedade indust. e outros direitos	**26.438,35**	0,00	0,00	0,00	**26.438,35**
· Programas de computador e sistemas de informação	**0,00**	162.608,57	0,00	0,00	**162.608,57**
	184.450,29	**177.396,24**	**0,00**	**0,00**	**361.846,53**
Imobilizações Corpóreas:					
· Terrenos e recursos naturais	**815.137,77**	0,00	0,00	0,00	**815.137,77**
· Edifícios e outras construções	**74.761.106,67**	5.284.679,62	4.338.215,07	0,00	**75.707.571,22**
· Equipamento e material básico	**31.572.504,13**	2.560.443,67	437.194,42	0,00	**33.695.753,38**
· Equipamento de transporte	**789.056,04**	9.626,15	64.843,73	0,00	**733.838,46**
· Ferramentas e utensílios	**195.722,34**	1.055,25	9.814,69	0,00	**186.962,90**
· Equipamento administrativo	**12.284.207,12**	284.258,32	184.012,86	0,00	**12.384.452,58**
· Taras e Vasilhame	**483,36**	0,00	0,00	0,00	**483,36**
· Obras de arte	**54.801,61**	3.500,00	0,00	0,00	**58.301,61**
· Outras imobilizações corpóreas	**5.007.043,99**	211.662,17	1.598,55	0,00	**5.217.107,61**
	125.480.063,03	**8.355.225,18**	**5.035.679,32**	**0,00**	**128.799.608,89**
	125.664.513,32	**8.532.621,42**	**5.035.679,32**	**0,00**	**129.161.455,42**

Quadro 19 – Amortizações do Ativo Imobilizado

(em euros)

	Saldo Inicial	Reforços	Regularizações	Saldo Final
Imobilizações Incorpóreas:				
· Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
· Despesas de desenvolvimento	155.168,63	2.769,56	0,00	157.938,19
· Propriedade ind. e outros direitos	7.574,86	0,00	0,00	7.574,86
· Programas de computador e sistemas de informação	0,00	59.114,40	0,00	59.114,40
	162.743,49	**61.883,96**	**0,00**	**224.627,45**
Imobilizações Corpóreas:				
· Edifícios e outras construções	19.243.269,32	1.062.607,75	0,00	20.305.877,07
· Equipamento e material básico	29.809.216,11	1.114.333,47	(432.302,29)	30.491.247,29
· Equipamento de transporte	746.930,21	16.685,74	(64.843,73)	698.772,22
· Ferramentas e utensílios	193.793,22	1.207,34	(9.520,30)	185.480,26
· Equipamento administrativo	11.987.227,95	310.071,29	(182.462,82)	12.114.836,42
· Taras e Vasilhame	483,36	0,00	0,00	483,36
· Obras de Arte	1.371,85	0,00	0,00	1.371,85
· Outras imobilizações corpóreas	4.934.370,00	226.616,53	(1.598,55)	5.159.387,98
	66.916.662,02	**2.731.522,12**	**(690.727,69)**	**68.957.456,45**
	67.079.405,51	**2.793.406,08**	**(690.727,69)**	**69.182.083,90**

Terrenos e Recursos Naturais

Esta rubrica inclui, fundamentalmente, os terrenos da Universidade do Algarve onde estão implantados os edifícios da Reitoria, Unidades Orgânicas, dos Serviços, dos Complexos Pedagógicos, Biblioteca, Laboratórios e Arranjos Exteriores. O custo de aquisição dos terrenos foi de 788.176,37 €. Esta conta inclui ainda 26.961,40 € que correspondem ao direito de superfície do terreno da Associação Algarve STP.

Edifícios e outras construções

Esta rubrica inclui a construção dos edifícios da Reitoria, das Unidades Orgânicas, dos Serviços, Complexos Pedagógicos, Biblioteca, Laboratórios, Arranjos Exteriores e outros bens imobiliários. De salientar que, não se considerou o imóvel da Escola Superior de Saúde de Faro por não ter sido possível incluir o seu custo de construção, uma vez que este edifício não pertence ao património da Universidade, por falta da publicação do despacho conjunto previsto no Decreto-Lei 99/2001, de 28 de março. Foi também suportado pelo orçamento da Universidade e encontra-se patente no Balanço o valor incorrido com a ampliação de salas de aula, no edifício da Escola Superior de Saúde, considerado como implementação em propriedade alheia, uma vez que e tal como já foi referido, o edifício dessa Escola não constitui património da Universidade. A 31 de dezembro de 2018 o valor líquido contabilístico destas requalificações é de 369.953,28€. Através do DL n.º 30/2019 de 26 de fevereiro o edifico da Escola Superior de Saúde de Faro passa a integrar o plano de intervenção para requalificação e construção de residências de estudantes.

Equipamento básico e administrativo

Inclui, fundamentalmente, o equipamento informático, o equipamento de laboratório, o mobiliário de ensino e de investigação. De salientar que não se considerou o equipamento da Escola Superior de Saúde de Faro, por não ter sido possível incluir o seu custo de aquisição, uma vez que os mesmos não constituem património da Universidade por falta da publicação do despacho conjunto previsto no Decreto-Lei 99/2001, de 28 de março.

Equipamento de transporte

Esta rubrica inclui os veículos ligeiros, de mercadorias, tratores, autocarros e barcos adquiridos pela Universidade do Algarve e pelos Serviços de Ação Social.

Alienações, Abates e Regularizações

Os abates efetuados no ano de 2018 devem-se essencialmente à obsolescência do equipamento e transferência de equipamento no âmbito de projetos de investigação.

Cedência de Bens

Para a cedência de bens são cumpridas as disposições legais exigidas, ou seja, o equipamento apenas é cedido após autorização formal do dirigente máximo da instituição e aceitação por parte da instituição de destino. O documento inerente a este processo é um auto de cessão.

Em 2018, foi deliberada pelo conselho de Gestão a cedência dos seguintes imóveis aos Serviços de Ação Social:

1 – Cantina de Gambelas;
2 - Bar n.º 2 de Gambelas;
3 – Residência do Ferragial;
4 – Residência do Campus da Penha;
5 – Armazém de Gambelas;
6 – Restaurante VIP – Campus de Gambelas;

Em virtude dos Serviços de Ação Social não disporem de autonomia patrimonial, esta deliberação trata-se de uma regularização parcial, uma vez que à data de 31 de dezembro de 2018, ainda estavam por regularizar os seguintes imóveis:

- Residência de Berlim
- Residência 5 de outubro
- Residência Albacor
- Residência Oásis
- Residência de Gambelas

À data atual, encontra-se totalmente concluída esta operação de regularização patrimonial, encontrando-se todos os bens registados em nome da Universidade do Algarve.

12) Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de atividade e geográficas

A rubrica de vendas e prestação de serviços analisa-se da seguinte forma:

Quadro 21 – Vendas e Prestações de Serviços

(em euros)

	2018	2017
Vendas		
o Fotocópias, impressos e publicações	9.371,76	10.197,80
o Livros e documentação técnica	786,68	8.361,60
o Mercadorias confecionadas	418.318,04	399.724,00
o Refeições	485.908,78	523.530,11
o Outros bens	1.263,64	260,08
o Devolução de vendas	0,00	0,00
Total de Vendas	**915.648,90**	**942.073,59**
Prestação de serviços		
o Serviço de alimentação	70.191,43	46.337,05
o Serviço de alojamento	670.029,48	557.390,75
o Realização de trabalhos gráficos	4.688,77	2.910,77
o Outros serviços ao exterior:		
· Realização estudos	297.026,56	173.253,80
· Assistência técnica	6.377,50	18.168,05
· Serviços de Laboratórios	57.755,87	72.036,70
· Exames audiológicos e atos clínicos de avaliação	69.476,86	58.586,50
· Outros serviços	8.281,80	71.672,91
o Serviços diversos		
· Ações de Formação	146.729,72	67.621,30
· Inscrições em Seminários e Congressos	94.893,75	62.168,45
· Serviços médicos	609,00	635,00
· Outros	72.301,18	68,97
Total de Prestação de Serviços	**1.498.361,92**	**1.130.850,25**
Total	**2.414.010,82**	**2.072.923,84**

A generalidade das prestações de serviços acima referidas foi efetuada no mercado interno.

13) Remuneração global do Conselho de Gestão da Universidade do Algarve

A 10 de Setembro de 2007 foi publicada a Lei n.º 62/2007, diploma que instituiu o novo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES). Essa lei implicou uma mudança significativa na organização da Universidade, que se traduziu na publicação de novos estatutos, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 172.º.

Os atuais Estatutos da Universidade do Algarve foram publicados no DR – 2.ª Série n.º 246 de 22 de dezembro pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Despacho Normativo n.º 65/2008, entrando em vigor no dia útil seguinte.

Assim, de acordo com os novos Estatutos, o Conselho Administrativo, que era composto pelo Reitor, pelos Vice-Reitores, pelo Administrador, pelo Diretor dos Serviços Financeiros e Patrimoniais e por um aluno, deixou de exercer funções a 22 de dezembro de 2008, tendo sido constituído para a gestão financeira, patrimonial e de recursos humanos da Universidade o Conselho de Gestão a partir de 23 de dezembro de 2008.

Este Conselho passou a ser composto pelo Reitor, por um Vice-Reitor, pelo Administrador, pelo Diretor dos Serviços Financeiros e Patrimoniais e por um aluno, este último sem direito a voto (Despacho RT.59/08).

No quadro seguinte mostra-se a remuneração líquida dos mesmos, durante o ano de 2018, sendo os vencimentos auferidos na Universidade do Algarve:

Quadro 22 – Remuneração dos Membros do Conselho de Gestão

	2018
Reitor	42.798,80
Vice-Reitores	41.092,27
Administrador	28.525,96
Diretor de Serviços	25.997,04
Total	**138.414,07**

14) Demonstração consolidada dos resultados financeiros:

Quadro 23 – Demonstração dos Resultados Financeiros

(em euros)

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios 2018	Exercícios 2017	Código das Contas	Proveitos e ganhos	Exercícios 2018	Exercícios 2017
68.1	Juros suportados	10.092,58	8.170,06	78.1	Juros obtidos	138.503,21	129.466,17
68.5	Diferenças de câmbio desfavoráveis	484,95	340,66	78.5	Diferenças de câmbio favorável	1.136,48	77,94
68.8	Outros	50.577,55	43.946,22	78.8	Outros		4.009,97
	Resultados Financeiros	78.484,61	81.097,14				
		139.639,69	**133.554,08**			**139.639,69**	**133.554,08**

15) Demonstração consolidada dos resultados extraordinários:

Quadro 24 – Demonstração dos Resultados Extraordinários

(em euros)

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios 2018	Exercícios 2017	Código das Contas	Proveitos e ganhos	Exercícios 2018	Exercícios 2017
69.2	Dívidas incobráveis	6.908,20	550,00	79.1	Restituição de impostos	0,00	0,00
69.3	Perdas em existências	7,63	529,63	79.2	Recuperação de dívidas	2.388,85	0,00
69.4	Perdas em imobilizações	0,00	0,00	79.3	Ganhos em existências	229,79	250,08
69.5	Multas e penalidades	251,83	310,00	79.4	Ganhos em imobilizações	0,00	0,00
69.6	Aumentos de amortizações e provisões	0,00	0,00	79.6	Redução de amortizações e provisões	715.900,28	721.990,00
69.7	Correções relativas exercícios anteriores	218.002,56	181.878,56	79.7	Correções relativas exercícios anteriores	143.615,40	343.429,02
69.8	Outros	15.428,88	327,90	79.8.1	Donativos	621.953,75	621.658,25
	Resultados Extraordinários	3.209.780,43	3.254.795,66	79.8.2	Diferença de câmbios	0,00	0,00
				79.8.3	Subsídios ao investimento	1.964.873,80	1.619.392,81
				79.8.8	Outros proveitos e ganhos extraordinários	1.417,66	131.671,59
		3.450.379,53	**3.438.391,75**			**3.450.379,53**	**3.438.391,75**

Nas Correções Relativas a Exercícios Anteriores, nas contas 69.7 e 79.7, encontram-se lançamentos diversos relacionados com custos e proveitos registados em 2018, mas que dizem respeito a exercícios anteriores e que não foram reconhecidos no ano correto.

16) Desdobramento das contas de provisões acumuladas e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício:

Os movimentos ocorridos nas rubricas de provisões analisam-se da seguinte forma:

Quadro 25 – Provisões

(em euros)

	Saldo Inicial	Aumentos	Redução	Saldo Final
Provisão para cobranças duvidosas (Ver Nota 5)	2.607.333,50	442.178,19	724.279,29	2.325.232,40
Provisão para riscos e encargos	149.999,00	141.677,61	279.523,00	12.153,61
	2.757.332,50	583.855,80	1.003.802,29	2.337.386,01

VII – Informações diversas

17) Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da situação financeira e dos resultados das entidades consolidadas

Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa

O mapa que se apresenta de seguida reporta-se a 31/12/2018:

Quadro 26 – Depósitos à Ordem e Caixa

(em euros)

	2018	2017
Depósitos à ordem		
· Caixa Geral de Depósitos	1.116.753,24	1.586.448,39
· Instituto Gestão Tesouraria Crédito Público	16.649,80	61.949,46
· Banco Santander Totta	3.381,26	13.138,42
	1.136.784,30	**1.661.536,27**
Caixa	12.792,79	12.996,53
	12.792,79	**12.996,53**
	1.149.577,09	**1.674.532,80**

Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2018, não existiam dívidas em situação de mora com o Estado e Outros Entes Públicos. O saldo desta conta era o seguinte:

Quadro 27 – Estado e Outros Entes Públicos

(em euros)

	2018		2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Retenção do Imposto sobre o Rendimento (IRS)	0,00	1.466,27	0,00	227,00
Imposto sobre o rend. das pessoas coletivas (IRC)	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado	3.881,23	103.697,42	9.732,46	40.679,65
Contribuições para a Segurança Social e ADSE	108.015,68	1.833,70	108.015,68	664,13
Caixa Geral de Aposentações	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto de Selo	0,00	0,00	0,00	0,00
	111.896,91	**106.997,39**	**117.748,14**	**41.570,78**

O saldo ativo no valor de 108.191,68€, trata-se de uma duplicação de pagamentos à ADSE, estando em curso diligências com vista à sua recuperação.

Fundos Próprios

Esta rubrica analisa-se da seguinte forma:

Quadro 28 – Fundos Próprios

(em euros)

	Saldo inicial	Débito	Crédito	Saldo Final
Património	3.091.452,50	0,00	0,00	3.091.452,50
Ajustamento de partes de capital em empresas ou entidades	206.610,82	0,00	18.867,43	225.478,25
Reservas	1.222.355,08	0,00	448,95	1.222.804,03
Resultados Transitados	(7.226.289,80)	1.725.447,53	155.583,08	(8.796.154,25)
Resultado Líquido	(1.548.518,85)	0,00	2.696.794,81	1.148.275,96
	(4.254.390,26)	**1.725.447,53**	**2.871.694,27**	**(3.108.143,52)**

O balanço consolidado evidencia, em 31 de dezembro de 2018, fundos próprios negativos, de 3.108.143,52€, sendo a entidade que mais contribui para este valor a Universidade do Algarve, de prejuízos acumulados e de critérios contabilísticos consagrados no Plano Oficial de Contabilidade Pública para o Setor da Educação (POC – Educação), nomeadamente no que concerne à contabilização dos subsídios ao investimento.

A Universidade do Algarve ainda apresentou contas em POC-Educação, apesar da entrada em vigor em janeiro de 2018 do Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC – AP) e que vem substituir o Plano Oficial de Contabilidade Pública. Este determina uma metodologia diferente no tratamento contabilístico dos subsídios ao investimento. As regras de contabilização dos subsídios ao investimento são clarificadas na Portaria nº 189/2016, de 14 de julho, que aprova as Notas de Enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional publicado no Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, são as seguintes:

a) Reconhecimento do subsídio ao investimento:
   a. **Débito**: 201xx – Devedores por transferências de subsídios não reembolsáveis recebidos;
   b. **Crédito**: 2822xx – Transferências e subsídios de capital obtidos com condições
b) Execução do investimento/cumprimento das condições:
   a. **Débito**: 2822xx – Transferências e subsídios de capital obtidos com condições
   b. **Crédito**: 5931 – Transferências e subsídios para aquisição de ativos depreciáveis
c) Reconhecimento do rendimento (na proporção dos gastos de depreciação)
   a. **Débito**: 5931 – Transferências e subsídios para aquisição de ativos depreciáveis
   b. **Crédito**: 7883 - Imputação de subsídios e transferências para investimentos

O SNC-AP vem introduzir uma alteração profunda quanto ao modo de refletir contabilisticamente os incentivos ao investimento.

A conta 2745-Subsídios para investimentos do POC-Educação, que agrega os proveitos a reconhecer em exercícios futuros, é substituída, no SNC-AP, pela conta 2822-Transferências e subsídios de capital obtidos com condição, cujos valores, uma vez cumpridas as condições (nomeadamente a concretização do investimento nos termos contratualizados), são transferidos para uma subconta da conta 593 – Transferências e subsídios de capital, onde permanecem ao longo da vida útil dos ativos financiados, durante o qual são gradualmente convertidos em rendimentos, na proporção do registo dos gastos de depreciação.

Pelos fundamentos expostos, a entrada em vigor do SNC – AP terá um impacto significativo no Balanço da Universidade do Algarve porquanto o valor de cerca de 49 milhões de € registado no Passivo, numa conta de proveitos diferidos, irá passar a integrar uma conta do Património Líquido, o equivalente a Fundos Próprios no atual POC – Educação, que passará a exibir um valor positivo superior a 41 milhões de euros.

No entanto, o facto é que por razões estritamente administrativas e não de substância, o balanço da Universidade do Algarve em 31 de dezembro de 2018 apresenta fundos próprios negativos, quando à luz das normas do SNC-AP, constantes no Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, a realidade patrimonial da UAlG é totalmente diferente, traduzindo-se em fundos próprios positivos, num montante muito expressivo, como ficou demonstrado.

Património

Corresponde ao resultado da quantificação e valorização do património líquido efetuado à data em que cada uma das entidades adotou o sistema contabilístico patrimonial, sendo a Universidade do Algarve a 1 de janeiro de 2004 e os Serviços de Ação Social da Universidade do Algarve a 1 de Janeiro de 2005. A Associação Rádio Universitária do Algarve, a Associação Algarve STP – Parque da Ciência e Tecnologia do Algarve e o CINTAL – Centro de Investigação Tecnológica do Algarve utilizam o Sistema de Normalização Contabilística.

Em 2006, foi feita uma correção ao valor do património inicial da Universidade do Algarve, no valor de 514.557 €, por ter sido detetado o lançamento incorreto do valor de um livro, quando da migração dos dados relativos aos bens inventariados em data anterior a 1 de janeiro de 2004. Assim sendo, o valor do património inicial da Universidade passou a ser de 1.946.754 €.

A conta Património sofreu nova correção em 2007, de 864.360€, passando a apresentar um valor de 1.082.394€, devido ao movimento que corrigiu o registo de 2006 do reconhecimento da dívida à ADSE, que, quando do fecho de contas de 2006, foi erradamente considerado na conta de Resultados Transitados. No ano de 2008, registou-se um aumento no capital de 4.766€ passando este a assumir o montante de 1.087.160€.

Apesar dos SASUALG terem adotado em 2018 o SNC-AP, esta rubrica manteve-se constituída pelo valor do património inicial à data de 01/01/2005, ou seja, reflete a diferença entre os elementos patrimoniais ativos (conjunto dos bens e direitos sobre terceiros) e passivos (conjunto das obrigações para com terceiros) que, na altura, concorriam para aquele património e os sucessivos resultados transitados desde essa data.

Ajustamento de partes de capital

Em 2016, foi efetuado o ajustamento de capital no montante de 10.000€, relativo à participação de capital na Associações Algarve STP - Parque de Ciência e Tecnologia do Algarve. Esta operação resulta da dissolução em 18.07.2013, da associação Algarve TIC- Centro de Incubação de Base Tecnológica do Algarve, por incorporação na Associação Algarve STP - Parque de Ciência e Tecnologia do Algarve.

Reservas

O valor constante na conta de reservas diz respeito às doações de livros de outras entidades ou particulares à Universidade do Algarve, assim como uma tela de projeção.

Por supressão da conta 58, cuja designação em 2012 é "Outros Acertos Patrimoniais", onde estão registados os benefícios provenientes de ofertas e bens adquiridos a título gratuito, foi o saldo desta conta no valor de 175.893,16€ transferido para a conta 5762 – Reservas-Doações-Entidade Beneficiária.

Por outro lado, proveniente da extinção da Fundação para o Desenvolvimento da Universidade do Algarve, sofreu a conta 5762 – Reservas-Doações-Entidade Beneficiária, uma variação positiva no valor de 2.058,50€.

Na conta de Reservas está considerado um movimento a crédito no montante de 448,95€, que respeita à doação de um projetor de vídeo.

Resultados Transitados

O movimento ocorrido na rubrica de resultados transitados corresponde à aplicação do resultado líquido apurado no exercício de 2017.

Da Associação Rádio Universitária do Algarve considerou-se 60% dos seus resultados transitados e da Associação Algarve STP considerou-se 50% dos seus resultados transitados, uma vez que esta é a percentagem de participação da Universidade nestas associações.

Quanto ao CINTAL considerou-se 20% (percentagem de participação da Universidade) dos resultados líquidos de 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017.

Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

Quadro 29 – Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

Código das Contas	Movimentos	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias
36	Existências iniciais	20.377,28	3.301,18
31	Compras	437.017,51	120.873,99
38	Regularização de existências	-5.505,62	-799,25
36	Existências finais	22.417,48	2.988,50
	Custos no exercício	**429.471,69**	**120.387,42**

Impostos e Taxas

Nesta conta incluem-se, para além de outros valores, as contas relativas a propinas, quer de formação inicial, quer de formação avançada.

As propinas de formação inicial e avançada são reconhecidas como proveito de acordo com o princípio da especialização de exercícios. A especialização do diferimento do proveito com propinas para o ano letivo de 2017/18, será de 4/8 em 2017 e 4/8 em 2018.

Esta conta analisa-se da seguinte forma:

Quadro 30 – Impostos e Taxas

(em euros)

	2018	2017
Propinas		
o de Licenciaturas	4.792.623,21	4.090.469,45
o de Pós-Graduação	78.592,05	45.845,50
o de Mestrados e Doutoramentos	1.747.476,82	1.549.002,78
o de Internacionais	660.236,59	501.064,80
o de Outros	347.090,14	340.765,94
o de Mestrados Integrados	387.447,05	385.513,92
	8.013.465,86	**6.912.662,39**
Taxas de matrícula	12.077,00	8.443,64
Multas	3.617,86	4.734,00
Seguro Escolar	83.055,08	69.323,63
Taxas de melhorias de nota	9.420,00	11.945,00
Taxas de exames	23.504,71	23.074,08
Outras Taxas	735.898,96	721.808,98
	867.573,61	**839.329,33**
	8.881.039,47	**7.751.991,72**

De referir que se encontram por receber 3.669.041,78€ de propinas, bem como taxas, multas e emolumentos de anos anteriores, encontrando-se 2.111.573,59€ na conta de Cobrança Duvidosa – alunos e 1.557.468,19€ constante nas dívidas de Alunos. De seguida, apresentam-se os dados a 31.12.2018, fornecidos pela Direção dos Serviços Académicos.

Quadro 31 – Dívidas de Propinas

(em euros)

Ano Letivo	Valor Total em Dívida a 31/12/2018
2007/08	85.908,79
2008/09	120.744,00
2009/10	160.881,42
2010/11	205.281,96
2011/12	204.859,77
2012/13	180.443,64
2013/14	142.494,56
2014/15	169.844,58
2015/16	270.307,21
2016/17	291.628,29
2017/18	558.358,78
2018/19	1.278.288,78
	3.669.041,78

Atualmente a UAlg está a remeter a dívida vencida de propinas para cobrança coerciva por parte dos Serviços de Justiça Fiscal.

Proveitos Suplementares

Esta conta analisa-se da seguinte forma:

Quadro 32 – Proveitos Suplementares

(em euros)

	2018	2017
Aluguer de equipamento	1.735,48	3.549,04
Aluguer instalações	91.497,17	95.502,49
Estudos, projetos e assistência tecnológica	0,00	3.400,00
Patrocínios	6.406,50	9.747,95
Artigos publicitários	3.402,05	7.945,14
Não especificados inerentes ao valor acrescentado	0,00	0,00
Outros proveitos suplementares		
o Compensação água e luz	0,00	0,00
o Compensação telefones	0,00	0,00
o Compensação por cedência de pessoas ou instalações	5.804,92	3.720,00
o Reposições	5.347,93	50.070,51
o Compensação de CTT	1.405,75	1.105,80
o Outros	26.581,21	136.715,80
	142.181,01	**311.756,73**

Os valores considerados nesta conta referem-se a aluguer de instalações e a outros proveitos, que compreendem as compensações recebidas de água e eletricidade pagas por entidades externas que utilizam as instalações da Universidade.

Transferências e Subsídios Correntes Obtidos

Esta conta analisa-se da seguinte forma:

Quadro 33 – Transferências e Subsídios Correntes Obtidos

(em euros)

	2018	2017
Administração Central		
. Estado	35.982.550,00	35.441.136,00
. Estado - Part. Comunitária em Projetos Cofinanciados		1.116,07
. Serviços e Fundos Autónomos	2.814.604,19	2.079.788,15
. SFA - Part. Portuguesa em Projetos Cofinanciados	0,00	0,00
. SFA - Part. Comunitária em Projetos Cofinanciados	0,00	0,00
	38.797.154,19	**37.522.040,22**
Administração Local	18.500,00	23.050,00
Segurança Social	4.536,01	1.867,18
Instituições sem fins lucrativos	152.599,52	80.844,95
União Europeia		
. Instituições	2.948.999,96	1.088.966,19
. Países membros	888.540,92	1.119.440,90
	4.013.176,41	**2.314.169,22**
Transferências de outros países	46.315,95	4.210,17
Outras Transferências correntes	45.918,08	45.593,40
Subsídios correntes obtidos	14.850,00	17.257,50
	107.084,03	**67.061,07**
	42.917.414,63	**39.903.270,51**

Administração Central

Corresponde ao plafond atribuído pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e outros subsídios à exploração provenientes do Orçamento do Estado à Universidade de Algarve e aos Serviços de Ação Social da Universidade do Algarve, com a finalidade de financiar as suas despesas correntes, assim como as transferências, no âmbito dos projetos I&D, relativas à participação portuguesa e comunitária nesses projetos cofinanciados.

Outras Transferências

Todos os outros subsídios à exploração, não provenientes da Administração Central, referem-se fundamentalmente a transferência para Projetos de Investigação e Unidades I&D celebrados em parceria com outras entidades, normalmente de duração plurianual.

As principais entidades financiadoras destes projetos são:

- Fundação para a Ciência e Tecnologia, através de programas nos domínios científicos (PTDC), programa de Financiamento Plurianual de Unidades de I&D comparticipação nacional;
- Comissão Europeia: financia projetos de investigação específicos, normalmente desenvolvidos por várias entidades parceiras, como o 7º Programa Quadro, programa Erasmus e Erasmus Mundus.

Fornecimentos e Serviços Externos e Outros Custos e Perdas Operacionais

Estas contas analisam-se da seguinte forma:

Quadro 34 – Fornecimentos e Serviços Externos

(em euros)

	2018	2017
Eletricidade	1.026.013,78	1.085.636,29
Combustível	65.708,51	59.875,04
Água	330.977,13	384.876,40
Outros Fluidos	52.568,77	48.244,19
Ferramentas e Utens. Desgaste Rápido (Mat. Laboratório)	178.947,83	92.722,15
Livros e documentação técnica	417,99	1.230,63
Material de escritório	28.201,42	29.092,84
Artigos para oferta	20.821,18	7.462,36
Rendas e Alugueres	112.682,27	94.728,99
Despesas de representação	24.465,45	41.584,20
Acessos à internet	60.157,44	54.761,25
Comunicações - Telefones e Faxes	8.457,88	10.542,71
Comunicações - Telemóveis	29.865,63	16.056,04
Comunicações - TV+NET+Voz	8.093,94	6.571,23
Correios	22.156,97	22.423,86
Outras Comunicações	22.283,73	22.094,07
Seguros	17.413,30	51.385,49
Transporte de mercadorias	6.320,08	5.738,62
Transporte de pessoal	51,05	1.383,50
Deslocações e Estadas	484.569,79	397.156,24
Honorários	246.730,17	191.751,17
Transporte de bens	0,00	184,50
Contencioso e notariado	0,00	204,00

Conservação e reparação	322.312,83	243.796,55
Publicidade e propaganda	149.490,67	133.703,58
Limpeza, higiene e conforto	473.359,93	469.190,63
Vigilância e segurança	413.259,65	404.367,42
Trabalhos especializados	1.314.435,81	1.160.381,71
Material lúdico e didático	0,00	0,00
Produtos Químicos (Reagentes)	379.856,08	175.701,87
Material de Transporte - Peças	84,15	92,51
Participação em Congressos e Seminários	70.091,27	57.204,38
Inscrições em cursos de formação	61.040,48	39.482,32
Material de consumo clínico	468,43	608,05
Licenciamento de software	4.037,24	5.619,93
Material de consumo hoteleiro	16.021,91	22.524,51
Alimentação - Refeições confecionadas	0,00	7.382,62
Serviços de alojamento e restauração	2.614,04	0,00
Condomínio	0,00	6.082,94
Assistência técnica	0,00	7.391,26
Material elétrico	23.197,25	58.655,21
Material de canalização	1.410,58	1.077,37
Bens para consumo em reuniões	1.973,63	1.567,31
Seminários, exposições e similares	34.594,15	12.948,32
Licenciamento Informático	187.358,11	127.721,56
Outros fornecimentos e serviços	399.802,84	209.100,03
	6.602.313,36	**5.770.305,85**

Quadro 35 – Outros Custos e Perdas Operacionais

(em euros)

	2018	**2017**
Impostos e Taxas	67.119,08	60.370,51
Quotizações	20.384,84	24.682,82
Outras	620,92	18,00
	88.124,84	85.071,33

Custos com o Pessoal

Esta conta analisa-se da seguinte forma:

Quadro 36 – Custos com o Pessoal

(em euros)

	2018	2017
Remunerações Base		
o Pessoal do quadro	25.640.622,01	24.873.507,23
o Pessoal contratado	3.388.014,94	3.744.527,06
o Pessoal aguardando aposentação	18.798,74	6.384,99
o Pessoal em qualquer outra situação	65.800,56	66.889,97
o Pessoal em regime de tarefa e avença	0,00	0,00
	29.113.236,25	**28.691.309,25**
Outras Remunerações		
o Subsídio de Férias e de Natal	4.990.508,59	4.899.685,94
o Subsídio alimentação	1.063.233,13	1.011.323,83
o Ajudas de custo	113.899,54	106.480,89
o Despesas de representação	2.335,24	7.005,72
o Abono para falhas	1.035,48	1.035,48
o Trabalho extraordinário	13.577,52	11.505,09
o Vestuário e Artigos pessoais	1.752,82	1.567,78
o Trabalho noturno	12.043,04	17.177,90
o Prestações sociais diretas	26.132,76	26.581,37
o Subsídios da Segurança Social	59.679,25	40.986,50
o Outros suplementos	144.088,18	144.450,93
o Outras remunerações	475,31	475,31
	6.428.760,86	**6.268.276,74**
Encargos sobre remunerações	8.174.824,19	8.046.524,70
Outros custos com pessoal	92.450,99	30.757,06
	8.267.275,18	**8.077.281,76**
	43.809.272,29	**43.036.867,75**

O número de pessoal ao serviço da Universidade do Algarve e dos Serviços de Ação Social da Universidade do Algarve é de 1.309, dos quais 800 corresponde a pessoal docente, 33 a pessoal de investigação científica e 476 a pessoal não docente.

A rubrica "Outros custos com pessoal" inclui os pagamentos a funcionários da Universidade, que prestam serviços noutros organismos, nos termos do disposto na alínea j) do art. 70.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária. Estes organismos efetuam transferências para a Universidade, suportadas por protocolo e devidamente faturadas respeitando as regras fiscais. A Universidade posteriormente procede ao pagamento aos seus funcionários. Para além disto, insere-se nesta conta orientações de estágio, lecionação de aulas nos complementos de formação e nos mestrados.

Notas sobre a contabilidade analítica

Encontra-se em curso na Universidade, o processo para implementação da contabilidade analítica. Desde janeiro de 2019, a Universidade do Algarve para implementação do SNC-AP, adotou a aplicação informática Primavera.

A Universidade do Algarve tem definido um modelo analítico. Atualmente, este processo está em fase de ajustamento face à perspetiva de enquadramento no SNC-AP.

No entanto, e apesar de não existir uma contabilidade analítica nos moldes previstos no POC-Educação, a Universidade do Algarve dispõe de uma contabilidade baseada em centros financeiros, onde se afetam os recebimentos e os pagamentos das diversas atividades que são desenvolvidas ao longo do ano económico, inseridas nas respetivas unidades orgânicas, projetos de investigação, centros de investigação e serviços centrais de apoio.

Não estando, no entanto, implementado um sistema de controlo rigoroso, dos custos estimados e incorridos, dos proveitos reconhecidos e dos resultados de projeto a projeto.

Anexo I - Elementos informativos das entidades consolidadas

Apresentam-se nos quadros abaixo os dados financeiros que se acham mais significativos das entidades consideradas no perímetro de consolidação do grupo público Universidade do Algarve.

Quadro 37 – Elementos Financeiros da Universidade do Algarve

Euros

Universidade do Algarve			**2018**	**2017**
	Balanço	Ativo	53.492.973,43	53.620.237,28
		Fundos Próprios	-5.173.838,50	-5.973.940,65
		Passivo	58.666.811,93	59.594.177,93
	Demonstração Resultados	Total de Custos	54.057.055,63	52.485.777,88
		Total de Proveitos	54.856.708,83	50.760.330,35
		Resultado Líquido Exercício	799.653,20	-1.725.447,53

Quadro 38 – Elementos Financeiros dos Serviços de Ação Social

Euros

Serviços de Ação Social			**2018**	**2017**
	Balanço	Ativo	9.919.251,42	9.849.119,90
		Fundos Próprios	9.604.244,50	9.577.074,59
		Passivo	315.006,87	272.045,31
	Demonstração Resultados	Total de Custos	2.885.589,58	2.685.957,72
		Total de Proveitos	3.126.772,03	2.835.877,72
		Resultado Líquido Exercício	241.182,45	149.920,00

Quadro 39 – Elementos Financeiros da Associação Rádio Universitária do Algarve (RUA)

Euros

Associação Rádio Universitária do Algarve			2018	2017
	Balanço	Ativo	51.826,23	48.697,56
		Capital Próprio	43.433,19	37.622,30
		Passivo	8.393,04	11.075,26
	Demonstração Resultados	Total de Custos	47.643,33	50.070,70
		Total de Proveitos	53.454,22	59.509,16
		Resultado Líquido Exercício	5.810,89	9.438,46

Quadro 40 – Elementos Financeiros da Associação Algarve STP

Euros

Associação Algarve STP			2018	2017
	Balanço	Ativo	214.791,76	223.195,98
		Capital Próprio	209.232,61	222.974,55
		Passivo	5.559,15	221,40
	Demonstração Resultados	Total de Custos	39.186,94	2.928,72
		Total de Proveitos	25.445,00	40.905,00
		Resultado Líquido Exercício	-13.741,94	37.976,28

Quadro 41 – Elementos Financeiros do CINTAL

Euros

CINTAL			2018	2017
	Balanço	Ativo	1.093.331,86	1.298.270,52
		Capital Próprio	661.506,29	682.285,74
		Passivo	431.825,57	615.984,78
	Demonstração Resultados	Total de Custos	157.999,64	244.085,77
		Total de Proveitos	153.986,05	255.873,07
		Resultado Líquido Exercício	-4.013,59	11.787,30

Anexo II - Reclassificação das Contas do SNC para o POC Educação

SNC - Sistema de Normalização Contabilística		POC Educação	
Código	Descrição	Código	Descrição
13.1	Depósitos a Prazo	12.2	Depósitos a Prazo
22.8	Adiantamentos a Fornecedores	22.9	Adiantamentos a Fornecedores
23	Pessoal	26.2	Pessoal
24.8	Outras tributações	24.9	Outras contribuições
25	Financiamentos Obtidos	23	Empréstimos Obtidos
27.1	Fornecedores de Investimentos	26.1	Fornecedores de Imobilizado
27.2.1	Devedores por acréscimos de rendimentos	27.1	Acréscimos de proveitos
27.2.2	Devedores por acréscimos de gastos	27.3	Acréscimos de custos
27.6	Adiantamentos por conta de vendas	26.9	Adiantamentos por conta de vendas
27.7.71.1	Cauções - Recebidas de terceiros - De fornecedores	26.8.8.2	Cauções de fornecedores
27.8	Outros devedores e credores	26.8	Devedores e credores diversos
28.1	Gastos a reconhecer	27.2	Custos diferidos
28.2	Rendimentos a reconhecer	27.4	Proveitos diferidos
31.2	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	31.6	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
33	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
33.1	Matérias-primas	36.1	Matérias-primas
33.2	Matérias-subsidiárias	36.2	Matérias-subsidiárias
41.5.8	Outros investimentos financeiros	41.5	Outras aplicações financeiras
41.5.8.01	Fundo de Compensação - FCT	41.5.4	Outras aplicações financeiras - Fundos
43	Ativos Fixos Tangíveis	42	Imobilizações Corpóreas
43.1	Terrenos e recursos naturais	42.1	Terrenos e recursos naturais
43.2	Edifícios e outras construções	42.2	Edifícios e outras construções
43.3	Equipamento básico	42.3	Equipamento e material básico
43.4	Equipamento de transporte	42.4	Equipamento de transporte
43.5	Equipamento administrativo	42.6	Equipamento administrativo
43.7	Outros ativos fixos tangíveis	42.9	Outras imobilizações corpóreas
43.8	Depreciações acumuladas	48.2	Amortizações Acumuladas - De Imobilizações Corpóreas
43.8.2	Edifícios e outras construções	48.2.2	Edifícios e outras construções
43.8.3	Equipamento básico	48.2.3	Equipamento básico
43.8.4	Depreciações acumuladas de equipamento de transporte	48.2.4	Equipamento de transporte
43.8.5	Equipamento administrativo	48.2.6	Equipamento administrativo
43.8.7	Outros ativos fixos tangíveis	48.2.9	Outras imobilizações corpóreas
44	Ativos Intangíveis	43	Imobilizações Incorpóreas
44.2	Projetos de desenvolvimento	43.2	Despesas de Investigação e Desenvolvimento
44.4	Propriedade industrial	43.3	Propriedade industrial e outros direitos
44.8	Amortizações Acumuladas	48.3	Amortizações Acumuladas
44.8.4	Propriedade industrial	48.3.3	Propriedade industrial e outros direitos

SNC - Sistema de Normalização Contabilística		POC Educação	
Código	Descrição	Código	Descrição
53	Outros instrumentos de capital próprio	55	Ajustamento partes de capital em empresas ou entidades
56	Resultados Transitados	59	Resultados Transitados
59	Outras variações no património líquido	55	Ajustamento de partes de capital em empresas ou entidades
60	Transferências e subsídios concedidos	63	Transferências correntes concedidas e prestações sociais
60.1	Transferências correntes concedidas	63.1	Transferências correntes concedidas
61.2	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	61.6	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
62.2.1	Trabalhos especializados	62.2.36	Trabalhos especializados
62.2.2	Publicidade e Propaganda	62.2.33	Publicidade e Propaganda
62.2.3	Vigilância e Segurança	62.2.35	Vigilância e Segurança
62.2.4	Honorários	62.2.29	Honorários
62.2.6	Conservação e Reparação	62.2.32	Conservação e Reparação
62.2.7	Serviços bancários	62.2.98.2	Outros serviços
62.3.1	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	62.2.15	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido
62.3.2	Livros e documentação técnica	62.2.16	Livros e documentação técnica
62.3.3	Material de escritório	62.2.17	Material de escritório
62.3.8	Outros materiais	62.2.98.1	Outros fornecimentos
62.4.1	Eletricidade	62.2.11	Eletricidade
62.4.2	Combustíveis	62.2.12	Combustíveis
62.4.8	Outros - Energia e Fluídos	62.2.14	Outros fluídos
62.5	Deslocações e estadas	62.2.27	Deslocações e estadas
62.5.3	Transportes de mercadorias	62.2.25	Transportes de mercadorias
62.6.1	Rendas e Alugueres	62.2.19	Rendas e Alugueres
62.6.2	Comunicação	62.2.22	Comunicações
62.6.3	Seguros	62.2.23	Seguros
62.6.5	Contencioso e notariado	62.2.31	Contencioso e notariado
62.6.6	Despesas de Representação	62.2.21	Despesas de Representação
62.6.7	Limpeza, higiene e conforto	62.2.34	Limpeza, higiene e conforto
62.6.8	Outros serviços	62.2.98.2	Outros serviços
63	Gastos com o pessoal	64	Custos com o Pessoal
63.1	Remunerações dos órgãos	64.2	Remuneração do Pessoal
63.1.1	Ordenados	64.2.1	Remuneração base do Pessoal
63.1.2	Subsídio de férias	64.2.4	Subsídio de Férias e de Natal
63.1.3	Subsídio de Natal	64.2.4	Subsídio de Férias e de Natal
63.1.4	Subsídio de alimentação	64.2.2.4	Subsídio de Alimentação
63.1.5	Subsídio de refeição sujeito IRS/TSU	64.2.2.4	Subsídio de Alimentação
63.1.9	Provisão de férias	64.2.1	Remuneração base do Pessoal
63.2	Remunerações do Pessoal	64.2	Remuneração do Pessoal
63.2.1	Ordenados	64.2.1	Remuneração base do Pessoal
63.2.2	Subsídio de férias	64.2.4	Subsídio de Férias e de Natal
63.2.3	Subsídio de Natal	64.2.4	Subsídio de Férias e de Natal

SNC - Sistema de Normalização Contabilística		POC Educação	
Código	**Descrição**	**Código**	**Descrição**
63.2.4	Subsídio de alimentação	64.2.2.4	Subsídio de Alimentação
63.2.5	Subsídio de refeição sujeito IRS/TSU	64.2.2.4	Subsídio de Alimentação
63.2.6	Subsídios de chefia	64.2.2.8	Outros suplementos
63.2.7	Comp. N. Renov. Contrato	64.9.9	Outros abonos e encargos diversos
63.2.9	Provisão de férias	64.2.1	Remuneração base do Pessoal
63.5	Encargos sobre remunerações	64.5	Encargos sobre remunerações
63.6	Seguros Ac. Trabalho e Doenças Profissionais	64.6	Seguros Ac. Trabalho e Doenças Profissionais
63.8	Outros gastos com o pessoal	64.8	Outros custos com o pessoal
63.8.3	Saúde, higiene e segurança no trabalho	64.9.9	Outros abonos e encargos diversos
64	Gastos de Depreciação e de Amortização	66	Amortizações do exercício
64.2	Ativos Fixos Tangíveis	66.2	De imobilizações corpóreas
64.2.2	Edifícios e outras construções	66.2.2	Edifícios e outras construções
64.2.3	Equipamento básico	66.2.3	Equipamento e material básico
64.2.5	Equipamento administrativo	66.2.6	Equipamento administrativo
64.2.7	Outros ativos tangíveis	66.2.9	Outras imobilizações corpóreas
65	Perdas por imparidade	67	Provisões do exercício
65.1	Perdas por imparidade - Em contas a receber	67.1	Para cobranças duvidosas
68.1	Impostos	65.1	Impostos e Taxas
68.1.2	Impostos indiretos	65.1.2	Impostos indiretos
68.1.3	Taxas	65.1.2.3	Taxas
68.3	Dívidas incobráveis	69.2	Dívidas incobráveis
68.4	Perdas em inventários	69.3	Perdas em existências
68.8.1	Correções relativas a períodos anteriores	69.7	Correções relativas a períodos anteriores
68.8.2	Donativos	69.8	Outros Custos e Perdas Extraordinários
68.8.3	Quotizações	65.2	Quotizações
68.8.7	Bolsas de estudo	63.1.8.1	Bolseiros de investigação
68.8.8.1	Multas e outras penalidades/Aceites fiscalmente	69.5	Multas e penalidades
68.8.8.9	Outros gastos e perdas não especificados	69.8	Outros
69	Gastos e perdas de financiamento	68	Custos e perdas financeiras
69.1	Juros suportados	68.1	Juros suportados
69.1.4	Juros de mora e compensatórios	68.1.2	Juros de mora e compensatórios
69.8	Outros gastos e perdas de financiamento	68.8	Outros custos e perdas financeiros
69.8.8.1	Serviços bancários	68.8.1	Serviços bancários
72	Prestação de Serviços	71.2	Prestação de Serviços
75	Transferências e subsídios correntes obtidos	74	Transferências e subsídios correntes obtidos
75.1.1	Administração Central	74.1	Transferências — Tesouro
75.1.8	Resto do mundo	74.2	Transferências correntes obtidas
75.2	Subsídios de outras entidades	74.3	Subsídios correntes obtidos
76.2	Reversões - De perdas por imparidade	79.6.2	Redução de provisões
78.1	Rendimentos suplementares	73	Proveitos suplementares

SNC - Sistema de Normalização Contabilística		POC Educação	
Código	**Descrição**	**Código**	**Descrição**
78.1.1	Quotas	73.9	Outros proveitos suplementares
78.1.6	Outros rendimentos suplementares	73.9	Outros proveitos suplementares
78.1.6.8	Não especificados inerentes ao valor acrescentado	73.8	Não especificados inerentes ao valor acrescentado
78.3	Recuperação de contas a receber	79.2	Recuperação de dívidas
78.4	Ganhos em inventários	79.3	Ganhos em existências
78.4.2	Sobras	79.3.2	Sobras
78.4.8	Outros ganhos	79.3.8	Outros
78.7	Rendimentos em investimentos não financeiros	78.8.8	Outros
78.8.1	Correções relativas a períodos anteriores	79.7	Correções relativas a períodos anteriores
78.8.3	Imputação de subsídios e transferências	79.8.3	Transferências correntes obtidas
78.8.7	Outros não especificados	79.8.8	Outros não especificados
79.1	Juros obtidos	78.1	Juros obtidos
81	Resultado Líquido do Período	88	Resultado Líquido do Exercício